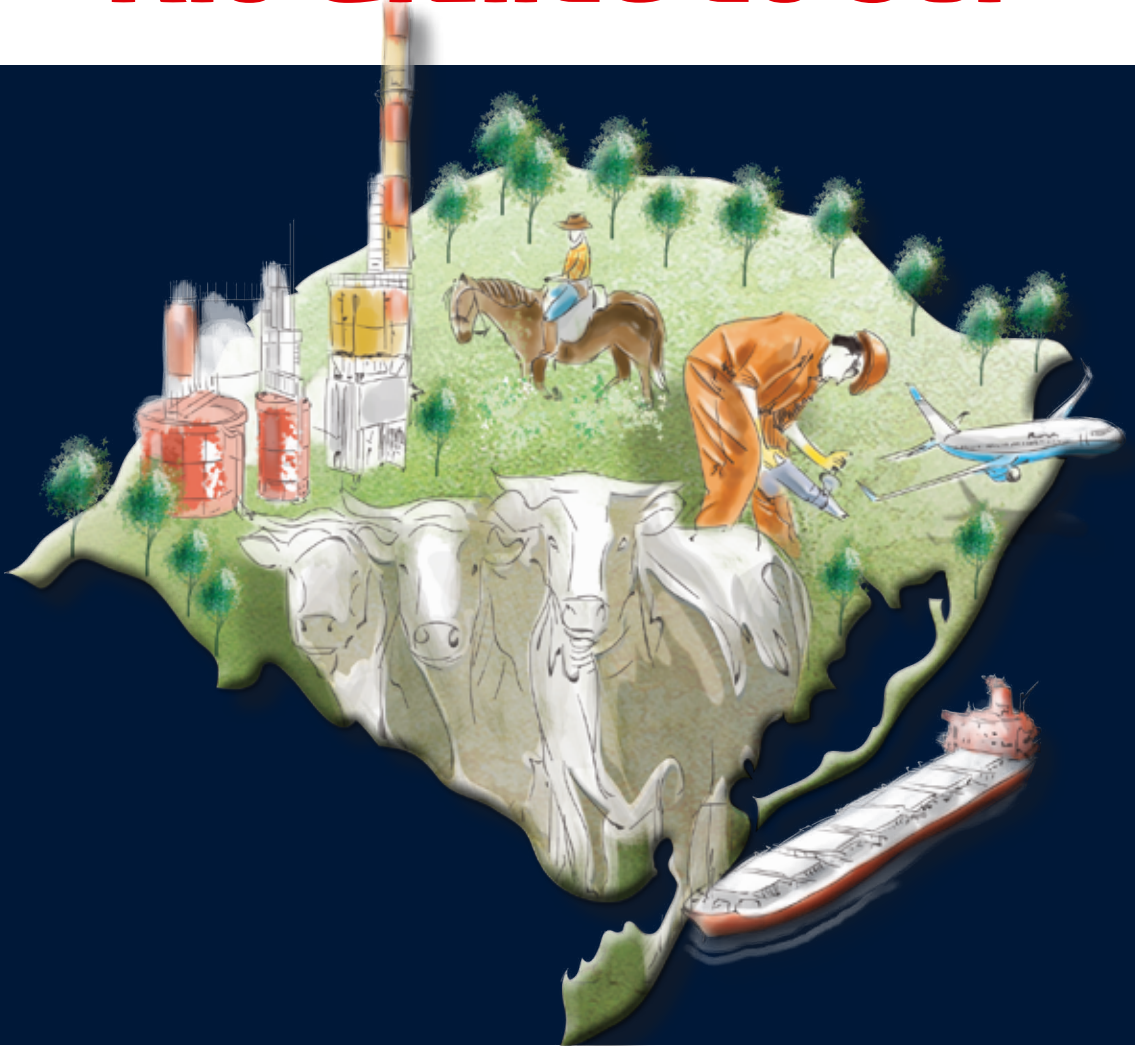


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Rio Grande do Sul



EDUARDO ERNESTO FILIPPI
ORG.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Rio Grande do Sul

2000-2010



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

AGRADECIMENTOS

Aos colegas Carlos Mielitz e Paulo Waquil, pelas discussões e trocas de informação a respeito da evolução dos dados socioeconômicos do RS.

Ao Deputado Estadual Raul Pont, e à Assessoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pela presteza com que seus membros disponibilizaram dados e relatórios demandados pelo autor.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elizete Mitestaines

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R585 Rio Grande do Sul 2000-2010 / Eduardo Ernesto Filippi, org. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
100 p.: il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-225-8

1. Rio Grande do Sul - Política. 2. Rio Grande do Sul - Economia. 3. Rio Grande do Sul - Demografia. 4. Rio Grande do Sul - Aspectos sociais. 5. Rio Grande do Sul - Administração pública. I. Filippi, Eduardo Ernesto. II. Série.

CDU 32(816.5)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 9 APRESENTAÇÃO**
- 11 INTRODUÇÃO**
- 17 ECONOMIA DO ESTADO**
PIB, finanças públicas, endividamento, investimentos e estrutura produtiva
- 35 SITUAÇÃO SOCIAL**
Pobreza, desigualdade, desemprego, informalidade, moradores em situação de rua, trabalhadores sem terra, homicídios e violência em geral
- 51 INFRAESTRUTURA**
Situação de estradas, portos, aeroportos, saneamento e habitação
- 61 DEMOGRAFIA**
Composição etária, racial e de gênero, taxa de expansão populacional, imigrantes e projeções
- 73 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**
Educação, trabalho, assistência e previdência social e saúde
- 83 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Servidores, peso da folha de pagamento, carências e modernização administrativa
- 87 POLÍTICA**
Partidos, coligações e divisão entre esquerda e direita
- 93 PAC NO RIO GRANDE DO SUL**
- 97 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS**
- 99 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

RIO GRANDE DO SUL 2000-2010

EDUARDO ERNESTO FILIPPI
ORG

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

É de conhecimento público o salto no desenvolvimento socioeconômico vivenciado pelo Brasil durante os anos 2000. A melhoria do acesso à escola e à universidade, a redução das desigualdades sociais e de renda, a maior e melhor inserção brasileira no comércio exterior, o retorno dos investimentos estatais e o fim do desmonte do Estado, a redução da mortalidade infantil e o crescimento da longevidade da população nacional.

O período dos governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) representou uma mudança significativa na compreensão de como são construídas e conduzidas as políticas públicas no Brasil. Os dados são eloquentes e merecem ser expostos por meio de alguns exemplos:

(1) desde o início da última grande crise do sistema capitalista, o Brasil conheceu um crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) de 16,8%, muito acima dos 2,3% do somatório das economias desenvolvidas, e apenas superado pelos “gigantes” China e Índia, que também experimentam o crescimento de seus mercados internos;

(2) em relação ao consumo, o país assiste ao aumento real do salário-mínimo em torno de 70%. Ou seja, acima das taxas inflacionárias;

(3) como mencionamos o aumento da longevidade, no período em análise, a parcela dos brasileiros que adquiriu direito à previdência (aposentadoria) passou de 45,1%, em 2000, para 58,5%, em 2012, um ganho de renda e de cidadania substancial, em meio ao debate, animado pela direita, do fim de tais direitos e da “inexorável” previdência privada.

São muitos os exemplos nacionais que poderíamos trazer ao presente relatório. No entanto, dados os limites e objetivos de nosso trabalho, nos restringiremos à apresentação e discussão da evolução de uma série de variáveis demográficas, econômicas, sociais e políticas, que cobrem o período 2000 a 2010 no estado do Rio Grande do Sul (RS). Quando necessário, julgar a pertinência, justificar mudanças e pontos de inflexão econômicos e políticos – voltaremos aos anos 1990 e avançaremos além de 2010, em direção ao governo Dilma Rousseff.

É importante frisar que o governo Tarso Genro (PT), eleito para o mandato (2011-2014), será incorporado à discussão por meio de políticas e de programas de abrangência estadual, que se somam às políticas nacionais no mesmo período.

De igual forma, faremos referência aos governos passados e suas ações. No período de interesse para o presente estudo, o Rio Grande do Sul esteve sob o governo de Olívio Dutra (PT), de 1999 a 2002, de Germano Rigotto (PMDB), de 2003 a 2006, e de Yeda Crusius (PSDB), de 2007 a 2010.

Ao longo do relatório, temos a preocupação de provar que a propalada opinião de que o Rio Grande do Sul é um “estado decadente” não encontra razão quando se analisa, em profundidade, a evolução das variáveis que compõem a trajetória de desenvolvimento do Estado.

A demanda da Fundação Perseu Abramo (FPA) objetiva a redação de um texto que dê conta de como as transformações da última década impactaram o Rio Grande do Sul e o seu povo. Para tanto, foram mobilizados, ao longo do presente relatório, dados oriundos de uma série de estudos oficiais: do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística (FEE) gaúcha, das secretarias que compõem o governo do RS, dados ministeriais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de sindicatos e institutos privados, e dissertações de mestrado e teses de doutorado da UFRGS.

A metodologia utilizada no presente relatório obedece quatro princípios, a saber:

- (1) dados de abrangência nacional e os recortes estaduais. Isso nos permite observar e discutir trajetórias e tendências do Rio Grande do Sul em relação às médias nacionais e de outras unidades da federação;
- (2) dados estaduais. Tal procedimento permite ao pesquisador comparar o objeto de análise com si mesmo ao longo do tempo definido no escopo do estudo;
- (3) dados dos principais municípios do Rio Grande do Sul, considerados, aqui, aqueles com população acima de 100 mil habitantes, seus desempenhos temporais em relação às médias do estado;

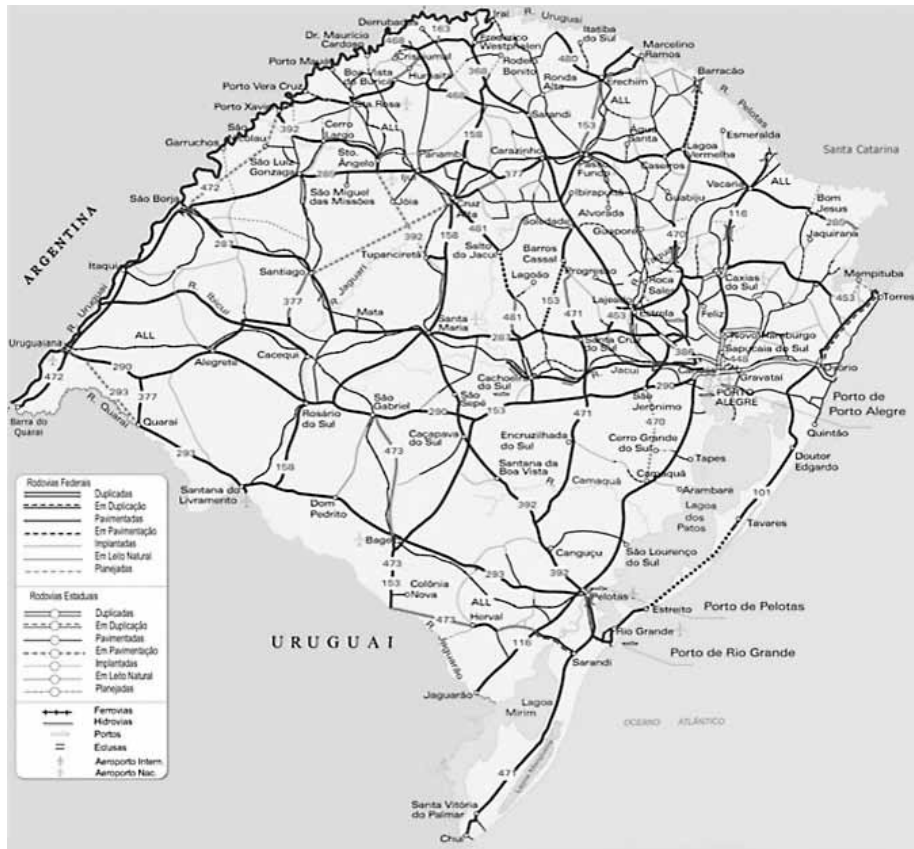
(4) dados para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), recorte administrativo, instituído em 1973, que reagrupa as principais cidades e a maior parcela da produção de riquezas (PIB).

Enfim, o estudo propõe a apresentar dados e consequentes análises sobre a evolução recente do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010. O itinerário recente do país, suas conquistas, problemas, dilemas e projeções são o fio condutor do conjunto das análises.

Para o leitor menos familiarizado com o recorte geográfico do Rio Grande do Sul disponibilizamos, abaixo, um mapa com as principais cidades e suas fronteiras.

Figura 1

RS - Estado com destaque para as principais cidades



Fonte: BRASIL TURISMO (2013).

Para iniciar a análise e discussão das causas e consequências das mudanças ocorridas no Brasil na década de 2000 e, em especial, no RS, apresentamos a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) gaúcho. Tal metodologia, mesmo não sendo a ideal, traz algumas vantagens.

A primeira é a possibilidade de comparação de trajetórias com outros países, unidades da federação e municípios, essencial para o pesquisador, formuladores e gestores em políticas públicas.

O segundo ganho é mostrar, em um índice sintético, três dimensões indiscutíveis do desenvolvimento: a renda, a escolaridade e a longevidade. Isso permite ao pesquisador tecer análises e comparações em termos de evolução da renda, da quantidade média de anos passados em um banco escolar pelos indivíduos e, também, de mostrar a abrangência e a qualidade dos aparelhos de saúde da população no recorte geográfico escolhido.

Assim, discute-se o IDH como parâmetro das melhorias substanciais nos indicadores de desenvolvimento do RS. A recente divulgação, em agosto de 2013, de dados dos IDHs nacional, estaduais e municipais, nos ajuda a ter uma visão global dos principais parâmetros de mensuração do desenvolvimento no Brasil e no RS nos últimos anos.

O primeiro dado que salta aos olhos é o sólido aumento de índices dos três parâmetros que constituem o IDH – renda, longevidade e educação. Tal constatação atesta a direção correta tomada nas políticas públicas nacional e regionais, em especial aquelas ocorridas na última década.

Os dados referentes ao RS não fogem à regra, e observa-se um crescimento substancial nos três índices referidos, resultando em um IDH que passou de 0,542, em 1991, para 0,746, em 2010, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1

RS - Evolução do IDH e posição no *ranking* nacional
1991, 2000 e 2010

	<i>Ranking</i> IDH-UF	IDH total	IDH renda	IDH longevidade	IDH educação
1991	5 ^o	0,542	0,667	0,729	0,328
2000	4 ^o	0,664	0,720	0,804	0,505
2010	6 ^o	0,746	0,769	0,840	0,642

Fonte: PNUD (2013).

A queda no *ranking* deve ser analisada à luz da melhoria relativa das demais unidades da federação, dada a solidez do crescimento dos índices entre 2000 e 2010 no RS, como provam os dados. Ao analisar o IDH municipal, algumas mudanças sensíveis podem ser observadas: a primeira é o crescimento dos

índices; a segunda é a participação relativa dos municípios do RS entre os 100 primeiros IDHs do país. O estado responde por dez municípios entre aqueles mais desenvolvidos, de acordo com a metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Portanto, a partir da metodologia empregada e dos dados obtidos, pouco há a ponderar a respeito de uma “perda” de posição do RS ou de seus municípios.

Abaixo, duas tabelas sintetizam a evolução do IDH nos municípios gaúchos melhor posicionados no *ranking* nacional. A primeira refere-se a 2000, e a segunda, a dados mais recentes, referentes a 2010.

Tabela 2

RS - IDH municipal - 10 municípios mais bem posicionados no Brasil
2000

<i>Ranking</i> IDH Brasil	Município	IDH total	IDH renda	IDH longevidade	IDH educação
14 ^o	Porto Alegre	0,744	0,830	0,811	0,612
18 ^o	Selbach	0,741	0,800	0,832	0,611
34 ^o	Nova Araçá	0,732	0,779	0,832	0,605
40 ^o	Horizontina	0,725	0,695	0,850	0,645
43 ^o	Carlos Barbosa	0,724	0,756	0,820	0,612
67 ^o	Lajeado	0,715	0,741	0,832	0,592
67 ^o	Santa Maria	0,715	0,748	0,828	0,591
76 ^o	Garibaldi	0,712	0,760	0,820	0,579
76 ^o	Bento Gonçalves	0,712	0,762	0,833	0,569
93 ^o	Caxias do Sul	0,705	0,771	0,817	0,556

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do PNUD (2013).

Tabela 3

RS - IDH municipal - 10 municípios mais bem posicionados no Brasil
2010

<i>Ranking</i> IDH Brasil	Município	IDH total	IDH renda	IDH longevidade	IDH educação
28 ^o	Porto Alegre	0,805	0,867	0,857	0,702
53 ^o	Carlos Barbosa	0,796	0,835	0,835	0,724
62 ^o	Três Arroios	0,791	0,843	0,851	0,689
62 ^o	Ipiranga do Sul	0,791	0,818	0,866	0,698
71 ^o	Lagoa dos Três Cantos	0,789	0,765	0,852	0,754
87 ^o	Garibaldi	0,786	0,825	0,856	0,688
92 ^o	Nova Araçá	0,785	0,796	0,843	0,722
92 ^o	Casca	0,785	0,778	0,847	0,733
100 ^o	Ivoti	0,784	0,780	0,848	0,729
100 ^o	Santa Maria	0,784	0,795	0,848	0,715

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do PNUD (2013).

Porto Alegre, a capital, permanece como o município rio-grandense mais bem colocado nos *rankings* gaúcho e nacional. Todavia, a mudança de um IDH de 0,744, em 2000, para 0,805, em 2010, fez a capital gaúcha partir do 14º para o 28º lugar no *ranking* nacional. Inegavelmente, os números ainda são positivos.

Todavia, a robustez do crescimento foi inferior às melhorias no desenvolvimento de outras localidades do país. Outros destaques são:

(1) os municípios de Carlos Barbosa e Garibaldi, localizados na serra gaúcha, cujos desempenhos se fazem presentes em ambos os *rankings*; e

(2) o município de Santa Maria, importante cidade do centro do estado, pela mesma razão.

As administrações petistas e o IDH foram tema de uma publicação recente da FPA. Dentre as principais conclusões do estudo, depreende-se que "(...) entre 2000 e 2010, o IDHM dos municípios administrados pelo PT cresceu 22,7%, enquanto o conjunto dos demais municípios aumentou 18,8%, ou seja, 3,3% acima" (FPA Comunica, 2013: 04).

No mesmo estudo, o IDH dos municípios do RS é analisado em termos comparativos: administrações petistas versus administração de outros partidos.

Os resultados consolidados para o estado encontram-se na tabela a seguir e são eloquentes no que se refere à diferença entre os municípios petistas e os demais.

Tabela 4

RS - Evolução do IDHM entre 2000 e 2010

Administrações petistas x outras administrações

IDH total		IDHM educação		IDHM longevidade		IDHM estado	
IDHM estado	IDHM PT	IDHM estado	IDHM PT	IDHM estado	IDHM PT	IDHM renda	IDHM PT
12,4	18,9	27,1	40,1	4,5	6,3	6,8	12,2

Fonte: FPA (2013).

A observação da tabela acima é suficiente para afirmar que as administrações municipais petistas tiveram maior êxito na formulação, aplicação e gestão de políticas públicas. O dado a ser destacado é a evolução do IDH educacional, substancialmente superior à média gaúcha.

Segue-se a segunda parte deste estudo, dedicada à trajetória dos agregados de variáveis econômicas do RS.

ECONOMIA DO ESTADO

PIB, FINANÇAS PÚBLICAS, ENDIVIDAMENTO, INVESTIMENTOS E ESTRUTURA PRODUTIVA

Nesta parte, destacamos o desempenho econômico gaúcho na década de 2000. Sempre que possível e a disponibilidade dos dados permitir, retrocederemos aos anos 1990 e/ou avançaremos aos anos de 2011 e de 2012.

A ideia que permeia a presente etapa do relatório é a de atestar que o RS não se constitui em um “estado decadente”, dado que o conjunto de dados não ratifica opinião tão radical. No presente ponto deste diagnóstico, destacam-se:

- (1) a composição do PIB por setores de atividade;
- (2) as taxas de crescimento do RS no período de estudo, com destaque especial para a trajetória de instabilidade da produção de riquezas na agropecuária, devido a fatores climáticos (seca);
- (3) a perda gradativa de participação da economia gaúcha na economia nacional. A explicação – considerando-se a propalada, e não provada, “decadência do estado” – é que, apesar do crescimento consistente do PIB gaúcho, outras unidades da federação têm se destacado por um crescimento mais pujante e continuado;
- (4) o setor externo da economia gaúcha é analisado à luz do desempenho nacional. Destaca-se, nesta seção, a mudança nos principais países com os quais o RS comercializa produtos, e a evolução da participação do estado na balança comercial brasileira;
- (5) uma análise do endividamento público gaúcho, problema crônico, de difícil solução;

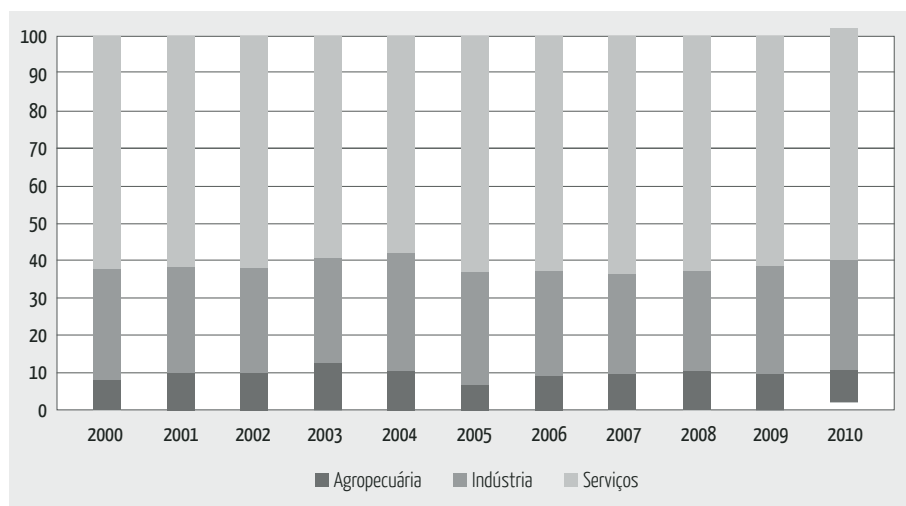
(6) o “mapa dos investimentos” gaúcho é o destaque desta seção, com uma série de apontamentos sobre o papel preponderante dos dirigentes do RS para atrair empresas que potencializem a diversidade produtiva do estado;

(7) por fim, atesta-se a concentração de riqueza nas principais cidades gaúchas (acima de 100 mil habitantes).

A primeira análise de dados diz respeito à evolução da estrutura do PIB gaúcho na última década. Assim como ocorre com os dados do PIB em nível nacional, o setor primário da economia tem se mantido com uma parcela pequena na geração de riquezas: cerca de 10% do produto gaúcho.

Gráfico 1

RS - PIB estruturado por setores de atividade (%) 2000 - 2010



Fonte: FEE (2013); IBGE (2012). Elaboração do autor.

O setor industrial, apesar de manter uma participação constante no PIB gaúcho, perdeu participação no Valor Adicionado Bruto (VAB).

Segundo a FEE (2013), a participação no VAB gaúcho passou de 25,7%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Esse dado negativo, no decorrer da década, teve consequências sobre o emprego no setor industrial. Segundo o estudo

(...) nas últimas décadas, foi possível constatar a diminuição da participação do emprego industrial no total do emprego, especialmente em países industrializados, em parte devido a incorporações tecnológicas incorporadas nos proces-

... produtivos e mudanças na divisão internacional do trabalho. (...) Alguns apontam a precariedade dos empregos e a fragilidade das relações trabalhistas no setor, enquanto outros vêm com otimismo um cenário em que os serviços, e não mais a indústria, dinamizam a atividade econômica (FEE, 2013: 1).

Infelizmente, não há espaço aqui para um tratamento mais profundo daquilo que alguns autores chamam de “desindustrialização” do país. Dados mostram que a parcela da indústria no PIB e no emprego vem caindo de maneira sensível no Brasil desde meados dos anos 1990.

Há duas explicações para este fenômeno em nível nacional: as políticas neoliberais e de desregulamentação (privatizações, abertura comercial e financeira) do setor industrial, conduzidas pelos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e os maiores ganhos de produtividade no novo “ateliê industrial do mundo”, ou seja, a China, a Índia e demais países localizados no sudeste asiático.

Parcela maior e preponderante é a do setor de serviços. Aliás, a trajetória evolutiva dos setores de constituição do PIB gaúcho segue a lógica brasileira, isto é, a partir da década de 1980, o setor de serviços toma a dianteira tanto na produção de riquezas quanto na geração de empregos (formais e informais).

O estudo da FEE demonstra que no

(...) Censo 2010 [...], no Rio Grande do Sul, os serviços produtivos [demandados pelo setor industrial] têm taxa de formalização maior que os demais serviços (62% contra 48%), assim como maior rendimento médio (R\$ 1.682,00 e R\$ 1.177,00, respectivamente). Isso indica o perfil diferente nas condições de emprego dos serviços produtivos em relação aos baixos salários e à informalidade, característicos do Setor Terciário (FEE, 2013: 1).

Depreende-se, em suma, que há oferta e procura crescentes pelos empregos e serviços dirigidos ao setor industrial das economias brasileira e gaúcha. Tal constatação deve ser ponderada quando se afirma, de forma precipitada, a inexorabilidade da “desindustrialização”.

À exceção de 2005, quando a economia gaúcha conheceu um período de depressão, e a economia nacional mostrou-se robusta, todos os demais anos atestam que o crescimento gaúcho foi compatível e comparável com a magnitude do crescimento da riqueza nacional. Essa evidência pode ser observada no gráfico a seguir. Ressalta-se que, em 2010 e 2011, o crescimento do produto gaúcho foi bem mais pronunciado que o brasileiro, resultado de fortes investimentos federais no estado.

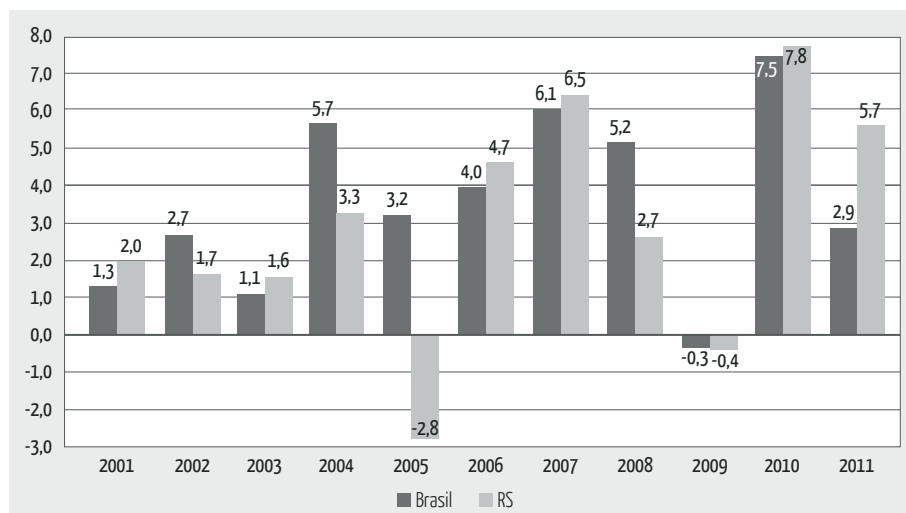
A comprovação de tal dinâmica produtiva e de empregabilidade tem muitas razões. Destacam-se os resultados nefastos sobre o PIB industrial brasileiro:

(1) da década perdida e de seus efeitos destruidores sobre os empregos industriais e agrícolas; e

(2) do quadro político, de desmonte do estado (privatizações, desregulamentação e financeirização da economia nacional), particularmente sob os governos de Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1990-1994), e de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

Gráfico 2

PIB - Taxas de crescimento no RS e no Brasil
2001 - 2011



Fonte: FEE (2013); IBGE (2012). Elaboração do autor.

Outros aspectos a serem destacados são a volatilidade e a imprevisibilidade do PIB agropecuário brasileiro e gaúcho. Os governos se felicitam por “supersafras”, resultantes de:

(1) aumentos de produtividade (aplicação de novos cultivares; aperfeiçoamento de sistemas de irrigação, de transporte e de armazenamento);

(2) eventual aumento de áreas produtivas (a chamada “incorporação de áreas”, ou expansão da fronteira agrícola); e

(3) de períodos agrícolas excepcionalmente bons, a partir do estável regime pluviométrico nacional combinado à instabilidade climática nos demais países, resultando em aumento de preços internacionais. Os dados apontam

que houve, também, anos excepcionalmente ruins em termos climáticos no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul na última década.

Os aspectos climáticos e suas repercussões – especialmente negativas – sobre a geração de riquezas no RS merecem uma breve análise. A evidência de tal instabilidade no PIB agropecuário pode ser atestada natabela abaixo, na qual se destacam, negativamente, os anos de 2000, 2002, 2004, 2005, 2008 e 2012, como aqueles nos quais as secas nos meses de verão (de dezembro a março) comprometeram de maneira decisiva o desempenho econômico gaúcho.

Tabela 5

RS - PIB: taxas de crescimento por setores de atividade
2000- 2012

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	-3,7	13,1	-3,5	16,4	-10,6	-17,4	50,1	12,7	-5,4	2,9	7,9	18,7	-27,6
Indústria	7,2	0,4	3,2	0,9	7,1	-4,1	-2,0	4,7	3,0	-7,4	9,3	2,8	-2,3
Serviços	3,4	1,5	2,4	-0,2	4,2	0,2	3,0	6,0	3,3	2,0	5,0	4,5	2,6
Total	4,3	2,0	1,7	1,6	3,3	-2,8	4,7	6,5	2,7	-0,4	6,7	5,1	-1,8

Fonte: FEE (2013); IBGE (2012). Elaboração do autor.

A respeito do mesmo assunto, estudos indicam que a economia gaúcha vem tendo prejuízos importantes na geração de riquezas e perda de empregos e oportunidades de investimento por conta de secas periódicas.

Nesta linha de raciocínio, citamos o importante estudo da Unisinos, reproduzido em publicação do Instituto Humanitas (2012). Em estudo afirma-se que:

(...) a agropecuária responde por 9,9% do PIB estadual, mas a influência do setor vai a quase um terço quando se leva em conta o “sistema econômico” que inclui fabricantes de insumos, máquinas e implementos, fornecedores de financiamentos e indústrias de alimentos, por exemplo. Além disso, o peso da agropecuária no Rio Grande do Sul é maior do que a média brasileira, de 5,6%, e do que a participação do setor nas economias dos principais Estados.

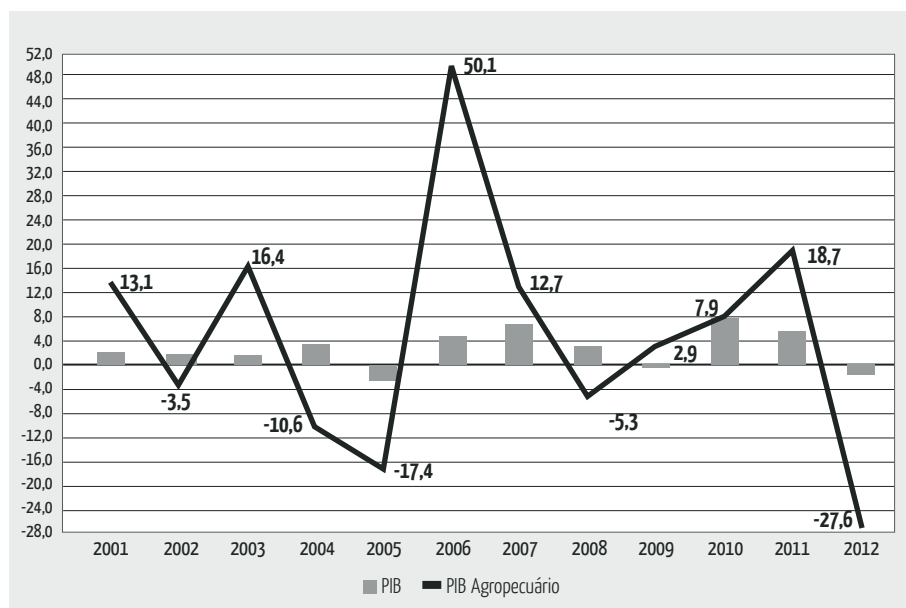
(...) Além de impactar negativamente o desempenho da indústria, comércio e serviços com a menor circulação de renda no campo, a quebra da safra afeta a arrecadação de ICMS, acrescenta o secretário da Fazenda, Odir Tonollier. A redução é estimada em R\$ 200 milhões brutos (incluindo os 25% a que os municípios têm direito) no ano e não chega a ser assustadora diante da receita prevista de R\$ 21,2 bilhões com o imposto no orçamento de 2012. Mesmo assim, “aperta um pouco mais” as finanças do Estado e exige medidas compensatórias como maior controle do custeio e mais fiscalização para evitar eventuais desvios, explica.

Para uma leitura mais objetiva da parcela do setor agropecuário sobre o desempenho econômico gaúcho, produzimos o gráfico abaixo, no qual o destaque é o desempenho do setor primário do estado. A linha de tendência é errática, denotando uma completa instabilidade. Da mesma forma, pode-se observar o desempenho do PIB total do RS, mais previsível, dado menos dependente de índices pluviométricos e/ou de variações climáticas.

Ao mesmo tempo em que se destaca o caráter do PIB agropecuário, caracterizado pelas secas dos anos referenciados, a trajetória de produção da riqueza do estado mantém-se relativamente estável. Tal afirmação atesta a pequena – porém, importante – participação do setor primário na economia gaúcha.

Gráfico 3

RS - Desempenho do PIB gaúcho e o “peso da seca”
2000 - 2012



Fonte: FEE (2013). Elaboração do autor.

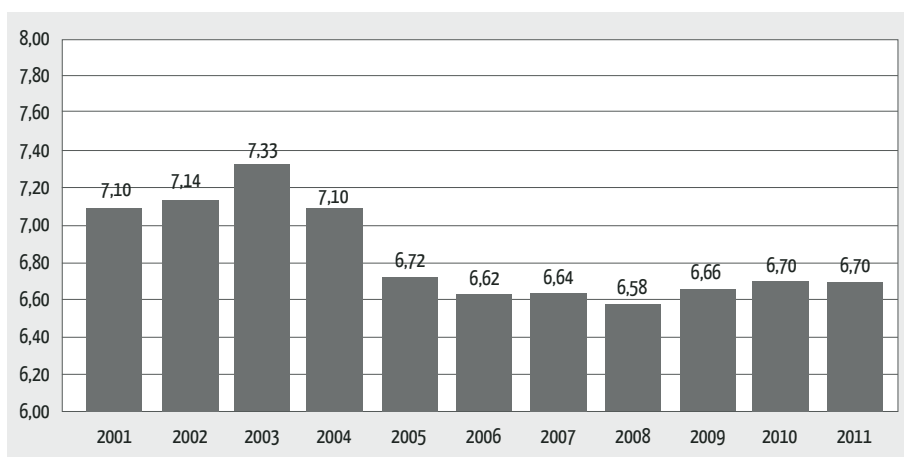
Em resumo, as variações do PIB gaúcho, quando comparadas a do PIB nacional, mostram certa convergência. A exceção são os anos de 2010 e 2011, nos quais o crescimento da riqueza foi maior no RS que a média nacional. Uma parcela importante de tal desempenho no estado deve-se a investimentos federais (polo naval de Rio Grande) e ao amadurecimento de políticas de investimento, como as obras preparatórias para a Copa do Mundo de 2014,

com a implantação de importantes empreendimentos no transporte e de infraestrutura em Porto Alegre e em sua região metropolitana.

Com respeito a geração de riquezas no RS, outro destaque é a trajetória de participação do estado na geração de riquezas nacional. Entre 2001 e 2011, observa-se que a participação gaúcha caiu de 7,10% para 6,70%. São duas as constatações a respeito da tal queda.

Gráfico 4

RS - Parte do PIB gaúcho no PIB brasileiro 2001 - 2011



Fonte: FEE (2013); IBGE (2012). Elaboração do autor.

A primeira explicação advém da instabilidade do setor primário: anos de safra ruim comprometeram a geração de riquezas do estado, como explicitado acima. A segunda justificativa é, à exceção de anos recessivos no RS – queda do PIB gaúcho –, o aumento da geração de riquezas. Outras unidades da federação (Paraná, Goiás, Pará, por exemplo) apresentaram melhor desempenho econômico em razão de maiores investimentos públicos e privados e de uma melhor exploração das riquezas. Exemplos disso são os investimentos crescentes no setor mineral, no Pará, e a expansão das exportações de carne bovina, em Goiás.

Outro registro relevante sobre o desempenho econômico gaúcho diz respeito a evolução do setor externo da sua economia. As mudanças na economia se deram em razão da:

(1) implantação de políticas neoliberais no início dos anos 1990 pelos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1998). As características marcantes

desses governos foram a redução de tarifas de importação e a abertura comercial e financeira de forma rápida e, não raro, traumática aos setores exportadores gaúchos (vide o setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos);

(2) aplicação das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), organização à qual o Brasil, a partir de 1994, adere, e que trará como consequência imediata um crescimento excepcional do comércio internacional.

Para o RS, duas resultantes dos pontos (1) e (2) foram a expansão do comércio com os países vizinhos (componentes do Mercosul) e o aparecimento da China continental como parceiro de primeira ordem no comércio externo gaúcho.

A partir dessas constatações gerais e preliminares, o setor externo da economia gaúcha passa a ser analisado à luz do desempenho nacional. Como ente da federação, o RS obedece as diretrizes da política de comércio exterior desenhada em Brasília.

Destacam-se na tabela a seguir as trajetórias comparadas entre o Brasil e o RS no que diz respeito ao fluxo de comércio – exportação, importação e saldo comercial – entre 2000 e 2012. Elas são bastante semelhantes, ou seja, aumento dos fluxos comerciais: crescimento das exportações em 4,4 vezes

Tabela 6

RS e Brasil - Balança comercial
2000- 2012

	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273	5.779.942.000	4.019.492.000	1.760.450.000
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605	6.345.359.000	4.049.432.000	2.295.927.000
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836	6.375.446.000	3.530.815.000	2.844.631.000
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445	8.013.263.000	4.190.615.000	3.822.648.000
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137	9.878.602.000	5.293.035.000	4.585.567.000
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227	10.475.704.000	6.692.191.000	3.783.513.000
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726	11.802.079.000	7.949.208.000	3.852.871.000
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580	15.017.674.000	10.168.245.000	4.849.429.000
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295	18.385.264.000	14.524.823.000	3.860.441.000
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817	15.236.062.000	9.470.130.000	5.765.932.000
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897	15.382.446.000	13.275.021.000	2.107.425.000
2011	256.039.574.768	226.245.898.121	29.793.676.647	19.427.090.000	15.662.106.000	3.764.984.000
2012	242.579.775.763	223.149.130.318	19.430.645.445	17.385.706.000	15.370.250.000	2.015.456.000

Fonte: SECEX (2013).

(Brasil), em 3 vezes (RS), e aumento nos valores importados em 4 vezes (Brasil), e em 3,8 vezes (RS).

No período referido, de 2000 a 2012, o RS jamais teve saldo comercial negativo. Ao contrário da balança comercial nacional que, no período do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, teve balança comercial negativa em razão do câmbio sobrevalorizado.

Decorrente dos números da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), expostos na Tabela 6, destaca-se a participação gaúcha nos fluxos de comércio nacional. Observa-se uma tendência de queda da parcela do RS, tanto nas exportações quanto nas importações.

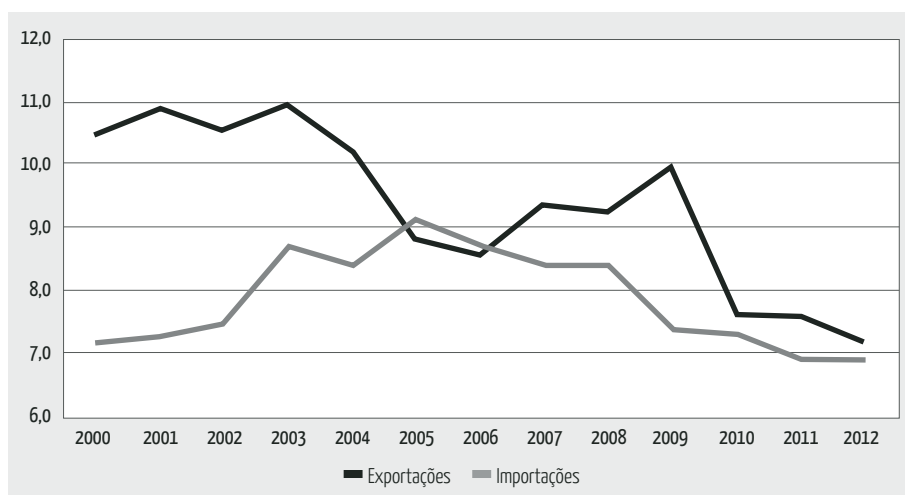
As razões desse desempenho explicam-se pela concorrência de produtos mais baratos e provenientes dos países parceiros do Mercosul (carnes, cereais e oleaginosas) e, como apresentamos anteriormente, a melhores performances externas de outras unidades da federação.

Acrescenta-se que setores que se beneficiavam de um câmbio desvalorizado sofreram importantes reveses na década de 1990, no início dos anos 2000, com a valorização do câmbio.

O mais prejudicado desses setores foi o coureiro-calçadista, que viveu profundas transformações em razão da concorrência externa, sendo a principal delas as elevadas taxas de desemprego no período supracitado.

Gráfico 5

RS - Participação nas exportações e importações brasileiras (%)
2000 - 2012



Fonte: Cálculos do autor, a partir de dados da Secex (2013).

Outro dado que vem se somar à análise é a trajetória da quantidade de empresas exportadoras no RS e sua representatividade em termos nacionais durante os anos 2000.

Observa-se que o RS sedia aproximadamente 13% das empresas exportadoras brasileiras, o que corresponde a algo em torno de 2,5 mil empresas, número que se manteve durante todo o período estudado. Em termos nacionais, observa-se uma tendência à diminuição/concentração de empresas exportadoras.

Na tabela a seguir, apresentamos podemos observar tais tendências.

Tabela 7

**RS - Número de empresas exportadoras gaúchas e participação nacional
2003-2012**

	Brasil	RS	RS / Brasil
2003	19.741	2.590	13,1
2004	21.925	2.828	12,9
2005	21.252	2.657	12,5
2006	20.588	2.565	12,5
2007	20.888	2.801	13,4
2008	20.408	2.744	13,4
2009	19.823	2.522	12,7
2010	19.278	2.532	13,1
2011	19.194	2.578	13,4
2012	18.630	2.503	13,4

Fonte: FIERGS (2013).

Destacam-se, nesta seção, a mudança nos principais países com os quais o RS transaciona produtos e a evolução da participação do Estado na balança comercial brasileira.

A grande novidade na trajetória de exportações do RS fica por conta da mudança nos parceiros comerciais gaúchos nos últimos 20 anos. Sobressaem-se:

- (1) crescimento pronunciado, e constante, das exportações à China (soja, em particular);
- (2) crescimento mais contido em relação à Argentina no mesmo período (maquinário destinado ao setor agropecuário); e
- (3) contínua queda de participação dos Estados Unidos nas exportações gaúchas, principal destino no início da década de 1990.

A Tabela 8 atesta tais transformações, mostrando a inclusão de novos compradores externos e, sobretudo, a tendência à multiplicação de parceiros

externos. Em outros termos, em 2012, mais países passaram a importar produtos do RS desde 1992.

Tabela 8

RS - Destino das exportações gaúchas: participação por países do valor exportado 1992, 2002 e 2012

	2012	2002	1992
China	16,5	6,9	
Argentina	8,9	3,3	5,3
EUA	7,8	28,5	30,2
Holanda	3,7		5,0
Paraguai	3,0		
Alemanha	2,9	3,3	5,9
Chile	2,7	2,4	
Uruguai	2,6		2,0
Bélgica	2,4		
Venezuela	2,2		
Grã-Bretanha		3,6	6,9
Itália		3,1	6,3
Rússia		2,6	
Espanha		2,5	4,0
Japão		2,4	2,3
México			3,5
outros	47,4	41,0	28,4

Fonte: FIERGS (2013).

Com relação às importações, a trajetória dos dados mostra importantes mudanças ocorridas entre 1992 e 2012. Dentre elas, destacamos:

(1) a manutenção da Argentina como o mais importante país exportador, com cerca de 25% do valor total importado pelo RS nos últimos vinte anos. Destaque para peças automotivas e trigo, como principais produtos;

(2) o crescimento de importância das compras de petróleo e derivados da Nigéria, pelo estado gaúcho e a diminuição de dependência dos países do Oriente Médio, tradicionais exportadores de petróleo ao Brasil e, conseqüentemente, ao RS; e

(3) a queda relativa das compras provenientes dos EUA. Esse fenômeno foi observado acima, no que diz respeito às exportações gaúchas.

A Tabela 9 exemplifica as mudanças nas importações gaúchas.

Tabela 9

RS - Origem das importações gaúchas: participação por países do valor exportado
1992, 2002 e 2012

	2012	2002	1992
Argentina	26,8	26,6	26,7
Nigéria	16,0	11,8	
China	6,7		
EUA	6,6	13,0	13,7
Argélia	5,7	7,5	
Alemanha	4,3	7,3	6,8
Marrocos	2,5		
Uruguai	2,4	4,5	11,3
México	2,3		
Itália	2,2	3,7	4,6
França		2,1	
Grã-Bretanha		3,7	
Chile		1,6	1,7
Arábia Saudita			5,0
Irã			3,5
Japão			2,4
Bangladesh			2,3
outros	23,3	22,8	21,7

Fonte: FIERGS (2013).

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) divulgou recentemente um interessante estudo, que atesta o que foi discutido acima, a respeito do desempenho do comércio externo gaúcho.

Em uma análise mais pormenorizada das exportações e das importações gaúchas em 2012, a Fiergs nos fornece os dados da Tabela 10 e da Tabela 11).

O problema do endividamento dos estados brasileiros é um tema que, cada vez mais, ocupa a mídia no país. O fenômeno do endividamento é antigo e remonta ao período anterior às políticas de industrialização, induzidas no país em meados da década de 1940.

No entanto, com a alteração dos marcos jurídicos e das leis (Constituição Federal, em 1988), de um maior rigor com os gastos dos governantes (Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e da conquista da estabilidade monetária e inflacionária em meados dos anos 1990, o tema do endividamento das Unidades Federativas (UFs) ganha novos contornos.

Tabela 10

RS - Destino das exportações em 2012
Em % sobre o valor exportado

Ásia 26,98%	China	67,49%
	Coreia do Sul	6,46%
	Japão	6,12%
	Taiwan	3,69%
	outros	16,24%
União Europeia 18,90%	Holanda	20,41%
	Alemanha	16,11%
	Bélgica	13,11%
	França	11,70%
	Espanha	9,87%
	Grã-Bretanha	7,44%
	outros	21,36%
Mercosul 16,70%	Argentina	53,08%
	Paraguai	18,23%
	Uruguai	15,41%
	Venezuela	13,28%
Aladi 11,83%	Chile	22,68%
	Colômbia	18,74%
	Peru	12,36%
	outros	46,22%
EUA e Canadá 8,17%	EUA	95,63%
	Canadá	4,37%
Demais blocos e países		8,23%

Fonte: FIERGS (2013).

Tabela 11

RS - Origem das importações em 2012
Em % sobre o valor exportado

Mercosul 31,62%	Argentina	84,76%
	Uruguai	7,68%
	Venezuela	5,56%
	Paraguai	1,01%
África 25,61%	Nigéria	63,16%
	Argélia	22,16%
	Marrocos	9,76%
	Egito	2,59%
	outros	2,33%
Ásia 12,06%	China	67,49%
	Coreia do Sul	11,28%
	Indonésia	8,14%
	Japão	6,96%
	outros	17,82%
União Europeia 11,70%	Alemanha	36,87%
	Itália	18,84%
	outros	34,28%
EUA e Canadá 7,98%	EUA	82,57%
	Canadá	17,43%
Demais blocos e países		11,02%

Fonte: FIERGS (2013).

O crescimento contínuo da dívida se deve quase que totalmente à administração direta do estado. Os dados de 2012 mostram que a administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) correspondeu a apenas 2% da dívida do RS.

Esforço vem sendo conduzido por lideranças regionais no sentido de repactuar a dívida junto à União. Todavia, a “rolagem” da dívida ainda é assunto de vívida polêmica entre as UFs e a União. Destaca-se, segundo dados do Banco Central, que mais de 95% da dívida do RS é com o Tesouro Nacional. A parcela restante é com credores de instituições financeiras públicas do país.

Os problemas acarretados pelo contínuo e crescente aumento do estoque da dívida dos estados e, em especial, da dívida gaúcha, arrefecem, ou até mesmo impedem, a política de investimentos públicos do estado.

Em suma

(...) o gasto público estadual tem, por razões óbvias, papel decisivo na explicação das trajetórias de desenvolvimento elaboradas pelos governos estaduais. De um lado, o gasto corrente oferece indicações do perfil de atividades escolhidas para serem objeto de recursos mais frequentes da coletividade com vistas à permanente melhoria de seus níveis de bem-estar, em especial nas áreas de educação, saúde e segurança (Monteiro Neto, 2013: 08).

A tabela a seguir sintetiza o montante; a evolução anula o endividamento do RS durante os anos 2000. Excluído o ano de 2009, ano de recessão, a dívida apresenta contínuo crescimento.

Tabela 12

RS - Endividamento: dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional 2000-2012

	Montante da dívida (em R\$)	Taxa de crescimento (em %)
2000	17.123.352.818,22	-
2001	19.079.629.113,33	11,42
2002	23.208.653.882,91	21,64
2003	24.973.436.229,91	7,60
2004	27.637.403.178,04	10,67
2005	29.026.777.758,93	5,03
2006	30.428.853.147,96	4,83
2007	32.627.270.673,96	7,22
2008	36.248.730.220,43	11,10
2009	35.775.929.567,13	-1,30
2010	38.949.590.205,44	8,87
2011	41.420.230.514,12	6,34
2012	44.887.277.344,33	8,37

Fonte: Banco Central do Brasil (2013). Cálculos do autor; valores correspondentes a dezembro de cada ano.

Como complemento ao importante papel desempenhado pelos governos estaduais na promoção dos investimentos e do desenvolvimento, lembre-se que “(...) o processo de ajustamento levado a efeito pela política econômica dos anos 1990 resultou em estreitamento de suas capacidades de orientar e coordenar o desenvolvimento em seus territórios” (Monteiro Neto, 2013: 10).

Outro registro relevante da situação econômica gaúcha é o chamado “mapa dos investimentos”. Atualmente, os investimentos são monitorados pela Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI). A partir dos dados publicados pela SDPI, apresentamos, abaixo, os principais investimentos – acima de R\$ 100 milhões – em andamento no RS:

(1) **Município de Três de Maio.** Empresa Nutrifont: Investimento de R\$ 130 milhões em indústria de processamento de leite. Protocolo de intenções assinado em abril de 2013;

(2) **Município de Arroio do Meio.** Empresa Neugebauer. Investimento de R\$ 167 milhões em fábrica de chocolate. A Vonpar, proprietária da marca, assinou protocolo de intenções em 2011;

(3) **Município de Dois Irmãos.** Empresa Mahindra. Investimento da ordem de R\$ 100 milhões em fábrica de tratores. Segundo informações da SDPI, a fábrica está pronta;

(4) **Município de Charqueadas.** Empresa Tomé. Investimento programado de R\$ 110 milhões em fábrica de módulos para plataformas. Segundo a SDPI, “após assinar protocolo de intenções, a empresa mudou a razão social devido a entrada em novo consórcio, e ingressou novamente com processo na prefeitura”.

(5) **Município de São Leopoldo:**

■ Empresa HT Micron. Investimento de R\$ 370 milhões em fábrica de semicondutores.

■ Hyundai Elevadores. Investimento no montante de R\$ 120 milhões em fábrica de elevadores e torre de testes. A fábrica foi inaugurada no início de abril de 2014.

(6) **Município de Canoas.** Empresa: Refap/UTC. Empresa estatal, com investimento de R\$ 1,6 bilhão em nova usina. A obra já foi iniciada, mas o prazo de conclusão não foi divulgado.

(7) **Município de Guaíba:**

■ Celulose Riograndense. Investimento de R\$ 4,2 bilhões na instalação de nova linha de produção. Construção já está em andamento, com treinamento de mão de obra e contato com fornecedores.

■ Foton: Investimento de R\$ 250 milhões em fábrica de caminhões. Segundo Portal do Governo do RS (2013):

Inicialmente, a unidade importará cerca de 3 mil caminhões, conforme cota estabelecida pelo programa Inovar Auto, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A partir de 2015, os caminhões serão produzidos na fábrica de Guaíba, com progressiva nacionalização até atender a exigência de 65%, o que deve ocorrer em 2017. Os

modelos que serão fabricados no RS terão de 3,5 toneladas até 24 toneladas, com capacidade de produção anual de 21 mil unidades ao ano. Após 2018, o projeto prevê a instalação de fornecedores e ampliação da capacidade para 50 mil veículos anuais. A planta atenderá ao mercado local e exportações para a América do Sul e África. A fábrica deverá ser construída até 2015 e será instalada em um terreno de 150 hectares. Para os fornecedores, será reservada uma área de 500 mil metros quadrados. O início da produção está previsto para o segundo semestre de 2015 e deve ocupar cerca de 300 trabalhadores. A Foton Aumark do Brasil Ltda. é a representante exclusiva no Brasil da Beiqi Foton Motor Co. Ltd. (Foton) para a linha de caminhões acima de 3,5 toneladas.

(8) **Município de São José do Norte.** Empresa: EBR. Investimento de R\$ 1,1 bilhão para a construção de estaleiro, anunciado em 2011. Após negociação para a retirada de famílias, a empresa iniciou recentemente as obras de infraestrutura.

(9) **Município de Rio Grande.** Empresa: Wilson Sons. Montante a ser investido de R\$ 244 milhões em fábrica de rebocadores .

Atesta-se, por meio dos dados de investimento enumerados acima, o bom momento vivido pelo RS para atrair empresas para o Estado. Outras informações relevantes são a diversidade de regiões para a instalação das plantas industriais e a variedade de setores.

Finalmente, o último ponto a ser tratado diz respeito a concentração da produção de riquezas (PIB) em poucos municípios gaúchos. E, o pior: riqueza concentrada na RMPA e, em especial, no setor de serviços.

A tabela a seguir nos dá uma noção clara da evolução do PIB municipal gaúcho entre 2000 e 2010. Algumas conclusões:

(1) há uma transferência do PIB de Porto Alegre em direção a outros municípios de sua região metropolitana;

(2) municípios da fronteira oeste gaúcha – Uruguaiana e Bagé – tiveram diminuição na participação do PIB gaúcho;

(3) por conta de fortes investimentos federais, houve expressivo aumento da riqueza do município de Rio Grande (polo naval, Petrobrás);

(4) Caxias do Sul, polo regional da serra gaúcha, firma-se como o principal município do interior gaúcho em termos econômicos.

Tabela 13

RS - PIB a preço de mercado municipal - Comparativo das principais cidades
2000-2010

	Total (2010)	% / PIB total	Total (2000)	% / PIB total
RS	252.482.597	38024487500,00	81.814.714	10175959452,74
Porto Alegre	43.038.100	6481641566,27	16.510.641	2053562313,43
Caxias do Sul	15.692.359	2363307078,31	4.342.501	540112064,68
Pelotas	4.564.464	687419277,11	1.682.792	209302487,56
Canoas	16.547.966	2492163554,22	4.841.352	602158208,96
Santa Maria	4.103.230	617956325,30	1.319.426	164107711,44
Gravataí	7.081.795	1066535391,57	1.506.423	187366044,78
Viamão	2.224.541	335021234,94	682.986	84948507,46
Novo Hamburgo	5.395.053	812507981,93	2.205.845	274358830,85
São Leopoldo	4.125.575	621321536,14	1.405.792	174849751,24
Rio Grande	7.737.855	1165339608,43	1.850.177	230121517,41
Alvorada	1.473.405	221898343,37	424.955	52855099,50
Passo Fundo	4.551.198	685421385,54	1.436.416	178658706,47
Sapuçaia do Sul	2.316.303	348840813,25	878.146	109222139,30
Uruguaiana	2.646.214	398526204,82	706.576	87882587,06
Cachoeirinha	4.363.658	657177409,64	984.287	122423756,22
Santa Cruz do Sul	4.810.913	724535090,36	1.408.950	175242537,31
Bagé	1.430.888	215495180,72	583.964	72632338,31
Bento Gonçalves	3.150.736	474508433,73	1.129.440	140477611,94
Total	135.254.253	20369616415,66	43.900.669	5460282213,93

Fonte: FEE (2013).

SITUAÇÃO SOCIAL

POBREZA, DESIGUALDADE, DESEMPREGO, INFORMALIDADE, MORADORES DE RUA, SEM TERRA, HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

Destacamos aqui uma série de dados referentes a situação social do RS. As trajetórias das variáveis sociais obedecem a uma lógica semelhante às dos dados econômicos, expostos no ponto precedente.

Assim, no curso do período 2000 a 2010, podemos observar que o estoque de problemas e vicissitudes sociais é altamente impactado pela aplicação de políticas públicas e econômicas, conduzidas pelo governo federal.

Os dados mais relevantes, e que apresentaram resultados positivos, são aqueles que dizem respeito às quedas na pobreza, e na pobreza extrema, na desigualdade de renda e nos níveis de desemprego.

Para começar, destacamos a queda na desigualdade de renda, importante conquista, e que se tornou uma das marcas dos governos de Lula e de Dilma Rousseff.

QUEDA NA DESIGUALDADE E DESCONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL, TANTO EM TERMOS REGIONAIS, COMO NACIONAL

As razões para a queda são amplamente documentadas em estudos governamentais e em trabalhos acadêmicos. A diminuição da desigualdade de renda diz respeito a melhoria da renda dos mais pobres, a expansão da renda total no país e aos fatores referentes à diminuição da discriminação nos postos de trabalho formal (gênero e raça). Segundo o IBGE “(...) a parcela de

10% das pessoas ocupadas com os maiores rendimentos mensais passou a representar 45,3% do total de rendimentos do país, contra 50,5% em 2000” (*Exame*, 2012).

Os trabalhos conduzidos pelo economista Ricardo Barros, junto ao Ipea, provam que o *mix* de políticas públicas direcionadas à população mais vulnerável, e a manutenção de um ambiente econômico estável, no qual as taxas inflacionárias estão controladas, são os responsáveis pela melhoria de renda das famílias mais pobres do país.

O trabalho Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil, conduzido por Barros, referência bibliográfica para todos que se interessam pelo tema, atesta, objetivamente, que mais da metade, cerca de 60%, da queda “(...) deveu-se a melhorias da distribuição de renda derivadas do trabalho por trabalhador, e 40% às transformações na distribuição de renda não derivadas do trabalho” (Barros et alli, 2010: 47).

Em outros termos, o estudo prova que a melhora sensível nas condições econômicas (recuperação do salário-mínimo, expansão dos postos de trabalho e aumento mais do que proporcional da renda dos mais pobres em relação aos mais ricos) foi o fator mais relevante na explicação da queda da desigualdade de renda no Brasil.

Quanto aos não econômicos, o estudo de Barros ressalta:

- (1) o impacto das políticas públicas de combate à discriminação no mercado de trabalho (mulheres, negros, em especial, combate ao trabalho infantil); e
- (2) a contínua melhoria no grau de escolarização da população brasileira, o que resulta em melhor capacitação técnica e, portanto, com possibilidade de renda maior por parte das famílias.

Em termos estaduais, o RS apresentou movimento análogo ao Brasil na queda da desigualdade de renda, tal como se observa na Tabela 14.

Tabela 14

RS - Evolução do Índice de Gini

	2000	2010
Brasil	0,602	0,536
RS	0,569	0,504

Fonte: IBGE (2012)

REDUÇÃO DA POBREZA E DA POBREZA EXTREMA

Em 2010, segundo critérios utilizados no Programa Bolsa Família, eram consideradas pobres, famílias com renda igual ou inferior a R\$ 140,00 mês/

per capita. Já as extremamente pobres eram aquelas que recebiam renda igual ou inferior a R\$ 70,00 mês/*per capita*.

O dado mais relevante sobre a queda do número de pobres e extremamente pobres no Brasil é que, em 2010, cerca de 30 milhões de brasileiros (15,5% da população total) recebiam menos de R\$ 140,00 ao mês. Em 2000, os números eram bem maiores: 57 milhões de pobres e extremamente pobres, ou seja, 33,3% dos brasileiros.

Outro dado que se destaca é a quantidade de indivíduos extremamente pobres no RS. Segundo dados do Censo do IBGE, de 2010, havia 198.126 pessoas extremamente pobres no RS (1,9% do total de gaúchos), ou seja, com rendimento domiciliar *per capita* compreendido até R\$ 70,00, como definido pelo governo federal brasileiro. Comparado com o Brasil (11,5 milhões de indivíduos, cerca de 6,3% da população), o RS possui uma parcela relativamente pequena de indivíduos em condições de extrema pobreza.

Dentre os municípios gaúchos com maior quantidade de extremamente pobres, destacam-se aqueles com importantes problemas de urbanização irregular (favelização), como se pode observar a seguir:

Tabela 15

RS - Municípios com maior número absoluto de indivíduos extremamente pobres 2010

	Extremamente pobres	% População municipal
Porto Alegre	13.506	0,99
Pelotas	6.659	2,09
Viamão	4.477	1,92
Rio Grande	3.914	2,04
Alvorada	3.868	2,03
Uruguaiana	2.806	2,30
Canguçu	3.703	7,25
Canoas	3.634	1,15
Santana do Livramento	3.295	4,09
Gravataí	3.292	1,32
Total	49.15	-

Fonte: IBGE (2010); Martins & Wink Jr. (2013). Elaboração do autor.

Todavia, os dados do IBGE permitem outras interpolações, que atestam que a extrema pobreza no RS não está diretamente vinculada aos municípios com população acima de 100 mil habitantes. Martins e Wink Jr. (2013) ates-

tam, por meio dos dados do Censo 2010, do IBGE, que a extrema pobreza encontra-se, sobretudo, em municípios com menos de 5 mil habitantes e altamente dependentes do setor primário em suas estruturas econômicas. Tal medida é obtida pela proporção dos extremamente pobres sobre a população total dos residentes dos municípios.

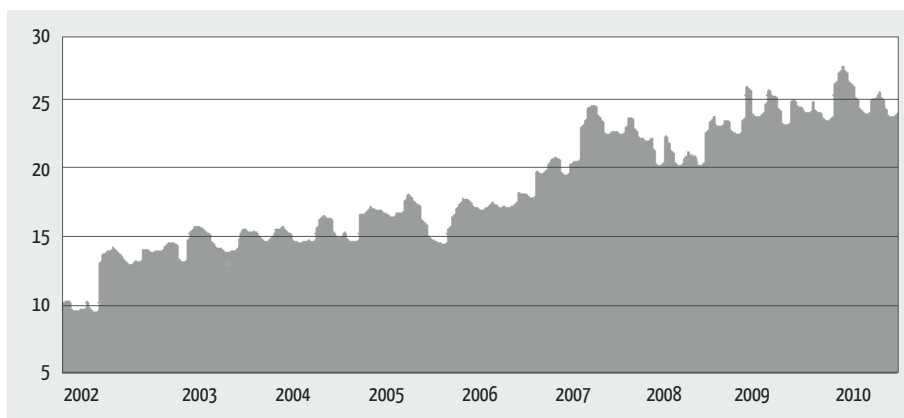
O EMPREGO NO RS E A REMUNERAÇÃO MÉDIA DO GAÚCHO NO PERÍODO DE 2002 A 2010

A recuperação do valor real do salário-mínimo é uma das evidências da melhoria das condições socioeconômicas da sociedade brasileira, a partir de 2003. Os estudos do Ipea e do IBGE comprovam que houve uma clara e pronunciada diminuição da diferença entre salário-mínimo real e salário-mínimo “necessário”, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), diretamente veiculado à trajetória de preços da Cesta Básica Nacional. Em suma,

(...) o salário-mínimo nacional nunca esteve tão próximo do salário considerado ideal pelo Dieese (...) que é de R\$ 2.329,35. Esse valor é 2,7 vezes maior que o salário vigente (R\$ 622) – a menor relação verificada na série histórica. No fim do ano passado [2011], ele era 3,3 vezes maior. E, em 1994, quando o Plano Real entrou em vigor, era 8,1 vezes maior (Valor Econômico, 2012).

Gráfico 6

Brasil - Salário-mínimo diferencial entre o SM efetivo e o SM necessário
2002 - 2010



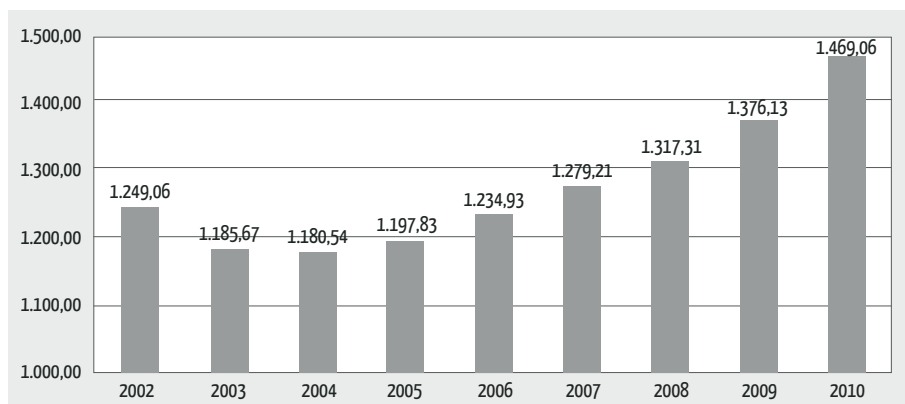
Fonte: Dieese (2013).

Essa dinâmica é igualmente observada no RS. A pesquisa, conduzida pelo Ipea, corroborou os dados nacionais. O trabalho do instituto de pesquisa se restringe a Porto Alegre e sua região metropolitana (RMPA), e é representativo do conjunto do estado, pois é na RMPA que se concentra metade da geração de riquezas do RS.

Em outros termos: houve incontestemente aumento do salário real médio efetivamente recebido pelos gaúchos. Tal evidência comprova que a parcela de ganhos de renda vivenciada pelos brasileiros – e gaúchos, em particular – deveu-se, sobretudo, a ganhos salariais reais, ou seja, acima das taxas inflacionárias.

Gráfico 7

RS - Rendimentos reais efetivamente recebidos na RMPA
Em R\$ de jan/2010



Fonte: Ipea (2012).

É evidente o aumento dos salários médios na RMPA. Em estudo realizado em período mais recente, o IBGE calculou que os salários médios foram de R\$ 1.522,00 (2011), R\$ 1.706,80 (2012) e de R\$ 1.860,00 (em outubro de 2013). Desta forma, atesta-se o aumento do salário real na RMPA sob os governos Dilma Rousseff / Tarso Genro.

A TRAJETÓRIA DO DESEMPREGO NO RS

Com relação ao desemprego, a FEE mostra uma queda constante e pronunciada no período que cobre o presente relatório. De cerca de 8,4% de desemprego, em 2005, chegou-se a 3,4%, em outubro de 2013, nível mais baixo já registrado desde o início da coleta de dados com a atual metodologia.

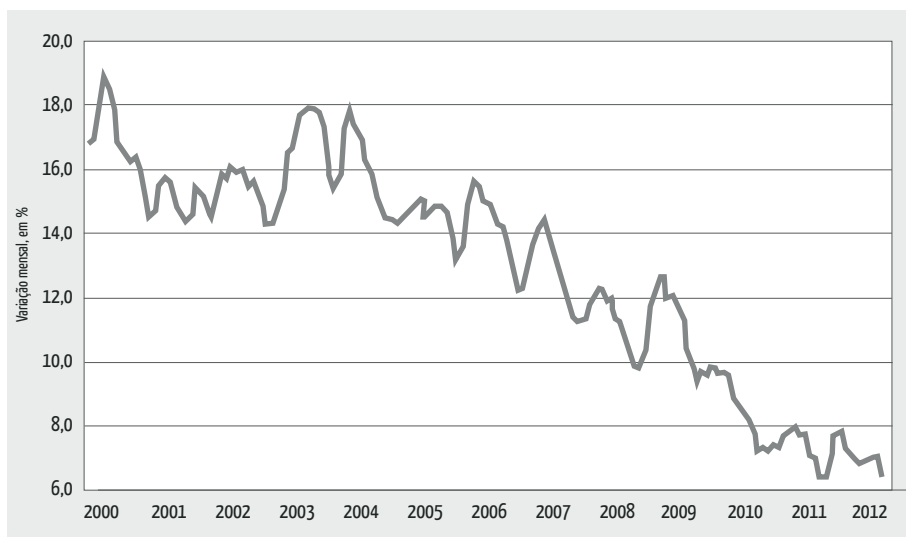
Decorrente da recuperação da economia durante os dois mandatos do ex-presidente Lula, a diminuição das taxas de desemprego no estado gaúcho atestam a valorização do fator trabalho e os fortes investimentos públicos e privados no Estado.

Portanto, não é demasiado afirmar, que o trabalho se valoriza após duas décadas de supremacia do fator capital. A queda do fator trabalho durante as décadas de 1980 e de 1990 foi decorrente das políticas econômicas da “década perdida” e das práticas de ajuste estrutural e do neoliberalismo, vigentes sob os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso.

Em termos visuais, o gráfico abaixo ilustra a trajetória descendente do desemprego na RMPA:

Gráfico 8

RS - Taxa de desemprego na RMPA 2000 - 2012



Fonte: FEE (2013).

Recentemente, o Ipea fez uma exaustiva pesquisa sobre a situação social de algumas categorias de emprego e de subemprego (informalidade) nas regiões brasileiras.

Um dos estudos mais instigantes sobre tais categorias foi centrado nas trabalhadoras e trabalhadores do setor de reciclagem de lixo. O trabalho, intitulado Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e

reutilizável (Ipea, 2013b), foi realizado em todas as regiões e UFs, e teve por base os dados do Censo de 2010 e pesquisa de campo específica junto às famílias de catadores (as).

O objetivo do estudo foi determinar quantitativa e qualitativamente a situação social dos trabalhadores do setor à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Tal política

(...) busca resolver o problema da gestão de resíduos do ponto de vista técnico e econômico, e tem como objetivo contribuir para a inclusão social das catadoras e dos catadores de material reciclável, permitindo-lhes melhores condições de trabalho e acesso a serviços públicos (Ipea, 2013b: 05).

O relatório sobre a região Sul e o estado do RS, apresentou uma série de estatísticas e conclusões, que deverá pautar políticas públicas exclusivas para tal categoria laboral.

Os resultados da pesquisa apontaram 23.527 catadores (as), dos quais 67,5% são homens, 44% encontram-se na faixa etária de 30 a 39 anos, e são majoritariamente urbanos: 94,3% dos (as) catadores (as) vivem em cidades. Com relação à cor da pele 63,6% são negros (as).

Outro dado que clama por solução, via políticas públicas específicas, é a chamada “razão de dependência de crianças e adolescentes”, ou seja, a parcela de crianças, com até 15 anos de idade, que vive nos domicílios com pelo menos um (a) catador (a). No estado, tal razão de dependência é maior que a média nacional (50%), e chega a 57,9%.

A renda média de tais domicílios no estado gaúcho atingiu R\$ 563,47, pouco inferior à média nacional (R\$ 571,56). À época, um valor próximo ao salário-mínimo. Todavia, segundo a faixa estipulada para um domicílio ser considerado como extremamente pobre (menos de R\$ 70,00 *per capita*), encontrou-se, no conjunto domicílios gaúchos com pelo menos um(a) catador(a), apenas 5,3% de domicílios, média inferior à da extrema pobreza no Brasil (9,4%, em 2010). Essa taxa, porém, é superior à extrema pobreza nacional nos domicílios com pelo menos um(a) catador(a): 4,5%.

Em 2010, 45,8% da categoria contribuía com a previdência social, e 54,1% da população acima de 60 anos recebia algum rendimento previdenciário (aposentadoria ou pensão).

Com relação à educação, 13,1% dos (as) catadores (as) eram analfabetos. No agregado nacional, a parcela da categoria considerada analfabeta era de 20,5%. Entre os catadores (as) gaúchos (as), 21,6% possuíam ensino fundamental completo, e apenas 7,2% possuía o ensino médio completo.

Em resumo, trata-se de uma população ainda à margem da inclusão social, praticamente “invisível”, e representativa de um importantíssimo papel em uma sociedade cada vez mais urbana.

CONFLITOS RURAIS E SOCIOAMBIENTAIS

Com relação aos conflitos no campo e conflitos rurais, e segundo os dados colhidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no trabalho Conflitos no campo – Brasil 2012 (CPT, 2013), entre 2011 e 2012, 15.562 indivíduos estiveram diretamente envolvidos em conflitos no Estado.

A CPT divide os conflitos em conflitos pela terra (6 conflitos, 1.737 envolvidos); ocupações/retomadas (7 conflitos, 353 envolvidos); acampamentos (60 famílias, 1.281 indivíduos); trabalho escravo (2 ocorrências, 47 trabalhadores libertos); e conflitos pela água (2 conflitos, 1.840 famílias envolvidas).

Já os conflitos socioambientais, e sua relação com a saúde dos brasileiros e gaúchos, em especial, mereceram um estudo profundo, resultado da cooperação técnica entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), organização não governamental, com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde.

O estudo *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil* (Fiocruz/Fase, 2013) permite que se possa conhecer e entender as causas, consequências e atores envolvidos nos principais conflitos socioambientais nas unidades da federação, resolvidos ou não.

O estudo Fiocruz/Fase apontou uma série de conflitos que possui distintas origens e que se encontra disseminada em todo o território do Estado. O apuro com que as instituições governamentais e as organizações envolvidas devem tratar os conflitos, merece atenção privilegiada e respeito à legislação vigente.

Segundo o estudo, selecionaram-se os conflitos socioambientais mais agudos, e que demandaram ou ainda demandam uma análise mais profunda e soluções em curto prazo, dado o risco à saúde da comunidade envolvida e a possibilidade de que os conflitos se tornem mais agudos com o passar do tempo.

PRINCIPAIS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS GAÚCHOS:

(1) Complexo Termelétrico de Candiota, no município de mesmo nome. Tal conflito tem a prerrogativa de, além de potencializar os riscos à saúde da população local e vizinha, atingir agricultores familiares (poluição na terra e nos recursos hídricos) e a população urbana por causa da exploração econômica do carvão mineral (produção de energia). O estudo apontou que os

danos à saúde dizem respeito a doenças, não transmissíveis ou crônicas (problemas respiratórios, principalmente), e piora na qualidade de vida.

(2) Regularização das Terras da Comunidade Quilombola de Casca, no município de Mostardas, no Litoral Sul do Estado. O conflito atinge quilombolas por conta de riscos ambientais, decorrentes da falta de títulos de posse da terra e da demora/impasse na demarcação de território de população tradicional. Os resultados são a manutenção de conflitos entre quilombolas e agricultores e piora na qualidade de vida da população tradicional.

(3) Ataques a laboratórios e viveiros de empresa de celulose. Tal conflito ocorreu no município de Barra do Ribeiro, na RMPA. A origem do conflito está relacionada à crítica dos chamados “desertos verdes”, por parte de organizações camponesas, que se mostram contrárias à expansão de pesquisas para aumento de áreas de monocultivo de plantas destinadas à produção de celulose. O principal risco imediato é o próprio conflito, muitas vezes conduzido – e revidado – de forma violenta, colocando em risco a vida dos ativistas. No médio e longo prazos, os principais riscos são os impactos sobre a perda de biodiversidade, a insegurança alimentar, e a piora nas condições de vida dos agricultores familiares da região.

(4) Luta pela titulação de terras por índios Kaingang em território do município de Porto Alegre. O conflito ocorre em região de intensa e agressiva especulação imobiliária na zona sul da capital, com a adição de violência física e assédio moral (ameaças). Os impactos e riscos ambientais são graves, pois o conflito contribui para a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território por parte dos indígenas.

(5) No município de Maquiné, no litoral norte do estado, ocorreu recentemente outro conflito entre a população tradicional quilombola do Morro Alto (distrito de Maquiné) e a pressa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em desapropriar terras tradicionais para a duplicação da BR 101, importante via de saída de veículos ao norte do estado e de turismo do RS. A rodovia foi duplicada. Tal conflito foi mediado pelo Ministério Público, e ainda não foi encerrado por conta de processos de irregularidade na demarcação de território da população tradicional. Os principais riscos e impactos dizem respeito à possível piora na qualidade de vida dos quilombolas de Morro Alto.

(6) No município de Arroio do Meio houve um importante desastre ambiental. Neste município, e em municípios vizinhos, pescadores travam luta por indenização após desastre ambiental. A população atingida foram os moradores dos bairros onde ocorreu o desastre e, principalmente, pescadores artesanais. O principal impacto é a alteração do ciclo reprodutivo da fauna, o

que já resulta em problemas de renda para os pescadores, e evidente piora na qualidade de vida, além de um quadro de insegurança alimentar.

(7) Em Bento Gonçalves, município localizado na serra gaúcha, o conflito socioambiental se evidencia pela redução da classificação do nível toxicológico de alguns produtos agrotóxicos, pelo Ministério da Saúde. Tal diretiva, segundo a pesquisa do convênio Fiocruz/Fase, pode estar na origem de problemas de saúde (neurocomportamentais e que podem levar a casos de suicídio), associados ao manuseio de tais agrotóxicos pelos agricultores familiares. Os riscos socioambientais principais são: a poluição atmosférica; de recursos hídricos (rios, arroios); e do solo.

(8) No município de Passo Fundo, norte gaúcho, o estudo Fiocruz/Fase aponta um problema econômico, que pode ser lido como um conflito socioambiental: a monopolização da indústria alimentícia, que impõe preços ao mercado consumidor e à produção rural. A origem do conflito está ligada à ação de organizações camponesas, que acusam instituições estatais de favorecer interesses das transnacionais. Os principais atingidos por tal fenômeno são os agricultores familiares da região. Os riscos, além do êxodo rural, são a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, práticas antiecológicas de manejo do solo (desmatamento e/ou queimada), e poluição do solo. Os riscos ambientais advindos de um maior grau de capitalização da agricultura da região são o uso de agrotóxicos e transgênicos.

(9) Ainda em Passo Fundo, a pesquisa aponta um problema relacionado a conflitos com populações tradicionais. No caso, trata-se de conflito territorial com os indígenas da etnia Mbyá Guarani. O problema, já crônico e antigo na região, ocorre por conta do avanço da ocupação territorial (expansão da fronteira agrícola) no sul do Brasil e nos vizinhos Paraguai, Uruguai e Argentina, e inviabiliza a cultura nômade e a prática de acampamentos dos indígenas da etnia supracitada. Os riscos estão associados a possibilidade de conflitos armados, por conta da irregularidade na demarcação do território da população tradicional, e que ocasionam invasões com danos a áreas protegidas e a unidades de conservação.

(10) O conflito no município de Pinhal da Serra diz respeito à construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. O projeto indica que o lago, a ser formado pela construção da barragem, deverá inundar cerca de seis mil hectares de Mata Atlântica e araucárias. A população atingida é constituída, sobretudo, de agricultores familiares e populações ribeirinhas. Os impactos socioambientais são óbvios e previsíveis: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, desmatamento, e eventual aumento da insegurança alimentar.

(11) No município de Maximiliano de Almeida, no norte do estado, as obras da Hidrelétrica de Machadinho produzem problemas e conflitos socio-

ambientais semelhantes ao caso anterior: redução do nível de poços de água e expulsão de cerca de 1.500 pessoas do campo. A população atingida é constituída de moradores de aterros e/ou terrenos contaminados, e os impactos e riscos ambientais são o deslocamento forçado da população, a perda de biodiversidade e das terras férteis e a piora na qualidade de vida.

(12) Outro problema de conflito entre indígenas e agricultores se encontra no município de Nonoai. Segundo o estudo Fiocruz/Fase, o caráter agudo do conflito ocorre por conta daquilo que os pesquisadores qualificaram como o “livre arbítrio de projeto hidrelétrico [que] torna inócuas ações judiciais em defesa dos direitos dos Kaingang [ou seja] medidas mitigatórias ficam subordinadas ao fato consumado”. Os mais atingidos são os membros da etnia Kaingang, por conta da alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território e de irregularidade na demarcação de território tradicional. Os riscos estão associados à violência dos conflitos.

EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS

A evolução dos homicídios no estado segue estável, mas com sutil tendência ascendente. Todavia, essa afirmação não deve esconder que a trajetória não é satisfatória e deve ser considerada em um nível alto (não epidêmico). O número de homicídios no estado é menor quando comparado à média nacional, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 16

RS: evolução das taxas de homicídio entre 2000 e 2010
Em 100 mil habitantes

	Total		De 0 a 19 anos	
	RS	Brasil	RS	Brasil
2000	16,3	26,7	7,1	11,9
2001	17,9	27,8	8,0	12,2
2002	18,3	28,5	8,3	12,6
2003	18,1	28,9	7,5	12,4
2004	18,5	27,0	8,5	11,5
2005	18,6	25,8	8,3	11,3
2006	17,9	26,3	7,1	11,2
2007	19,6	25,2	10,5	12,1
2008	21,8	26,4	9,9	12,7
2009	20,7	27,0	10,0	13,0
2010	19,3	26,2	9,5	13,8

Fonte: Mapa da Violência (2012).

Todavia, os dados mais recentes apontam um aumento no número de homicídios. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP-RS), em 2012 foram assassinados 1.964 indivíduos, enquanto que, em 2011, esse número atingiu 1.625 indivíduos. Portanto, um crescimento de 20,9%.

A tabela abaixo nos fornece mais um indicador da violência. Trata-se da trajetória de homicídios, cujo instrumento de morte foi a arma de fogo. O número é preocupante, porém, estável. Em relação ao conjunto dos números nacionais, ocorrem no estado cerca de 4,5 mortes a cada 100 mortes por armas de fogo no Brasil.

Tabela 17

RS - Evolução dos homicídios por armas de fogo entre 2000 e 2010

Números absolutos

	RS	Brasil	RS/Brasil (em %)
2000	1.663	34.985	4,75
2001	1.671	37.122	4,50
2002	1.732	37.979	4,56
2003	1.729	39.325	4,40
2004	1.735	37.113	4,67
2005	1.751	36.060	4,86
2006	1.760	37.360	4,71
2007	1.924	36.840	5,22
2008	1.053	38.658	2,72
2009	1.924	39.677	4,85
2010	1.741	38.892	4,48

Fonte: Mapa da Violência (2012).

Em termos de forças de ordem, a evolução do efetivo da Brigada Militar ainda se encontra bastante defasada em relação à quantidade necessária de policiais militares. Entre 2003 e 2013, o *déficit* de policiais militares no Estado reduziu-se em cerca de 1.000 homens. Todavia, problemas orçamentários do estado, históricos de baixos salários, e a pressão por um plano de carreira, atestam a falta de efetivos da polícia militar.

A Tabela 18 revela a evolução do *déficit*, e mostra que os anos 1990 foram os mais radicais no que tange à diminuição do efetivo da tropa.

Situação semelhante enfrenta a política carcerária do RS. Problemas crônicos se avolumaram com o tempo e contribuíram decisivamente para o aumento da população carcerária e para a chamada “superpopulação carcerária”, tema bastante debatido na mídia.

Tabela 18

**RS - Evolução do efetivo de homens da Brigada Militar
1983-2013**

	1983	1993	2003	2013
Existente	21.717	29.044	23.538	26.171
Previsto	23.572	33.650	33.650	35.371
Déficit	-1.855	-4.606	-10.112	-9.200

Fonte: Zero Hora (2013).

A Tabela 19 mostra o resultado de pesquisa da FEE, com dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), e sintetiza o tamanho do problema: a capacidade penal aumenta em velocidade menor que a população carcerária.

Tabela 19

**RS - Capacidade das casas prisionais e população carcerária
2000-2010**

	Capacidade penal	População carcerária	Déficit carcerário
2000	12.767	13.888	-1.121
2001	13.473	15.428	-1.955
2002	14.311	16.692	-2.381
2003	15.625	19.801	-4.176
2004	15.851	20.800	-4.949
2005	16.037	22.639	-6.602
2006	16.010	23.684	-7.674
2007	16.278	25.413	-9.135
2008	18.059	27.270	-9.211
2009	18.242	28.570	-10.328
2010	20.295	30.339	-10.044

Fonte: Susepe (2013); FEE Dados (2013).

POLÍTICAS DE COMBATE À DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Os problemas da dependência química são bastante conhecidos e debatidos no Brasil. Desde os problemas decorrentes das chamadas “drogas legais” (tabaco e álcool), assim como as “drogas ilegais” e sua miríade de problemas correlatos, como o tráfico de armas e questões ligadas aos absentes escolar e laboral.

Recentemente, o governo federal lançou o programa Crack, é possível vencer. O programa foi implantado nos seguintes municípios gaúchos: Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria, São Leopoldo

e Viamão. Todos eles municípios importantes em termos socioeconômicos, e que contam com mais de 200 mil habitantes.

O programa Crack, é possível vencer, tem por meta

(...) capacitar, até 2014, cerca de 11 mil pessoas no Estado do Rio Grande do Sul, com a formação de 800 lideranças religiosas, 3 mil conselheiros municipais, 800 profissionais de saúde e assistência social, 5 mil educadores da rede pública e mil operadores do Direito, além de 400 gestores, profissionais e voluntários de comunidades terapêuticas. O Rio Grande do Sul tem seis comunidades terapêuticas contratadas pela Senad. (...) Para apoiar os trabalhos de abordagem social nas ruas dos novos municípios do RS que aderem ao programa, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai investir mais de R\$ 1 milhão. Desse total, R\$ 360 mil serão investidos ainda este ano e R\$ 720 mil em 2014 (Portal Brasil, 2013).

O mais relevante neste relatório não é a discussão a respeito do montante orçamentário envolvido. A novidade é o tipo de tratamento que o programa propõe, na medida em que trata a questão das drogas e do crack, em particular, como uma questão de saúde pública e de assistência social. Ou seja, além do tratamento terapêutico, destaca-se a preocupação com o chamado “resgate da cidadania”.

Outro ponto a ser ressaltado é a admissão de que os aparelhos do estado não são suficientes para o enfrentar o problema das drogas. A partir de muitas discussões, chegou-se ao consenso de que, “comunidades terapêuticas” privadas e instituições religiosas, são, não apenas necessárias, mas também, imprescindíveis em uma nova abordagem da questão das drogas.

Paralelo ao programa, destaca-se o mapeamento dos usuários de crack realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A base do trabalho da CNM é fornecer ferramentas legais – criativas e originais – para os municípios brasileiros serem protagonistas no enfrentamento das causas e consequências do aumento dos usuários de crack.

Em suma,

(...) para atender a essas demandas é indispensável estruturar uma rede multidisciplinar de atenção ao usuário de drogas, onde essa interligue os serviços de educação, saúde, assistência social, reinserção profissional e segurança. (...) A CNM ressalta que esse conjunto de ações só pode se concretizar diante de uma mútua cooperação, estabelecendo responsabilidades entre os entes da federação: União, Estados e Municípios (CNM, 2013: 53).

A “geografia do crack” no RS, termo utilizado pela CNM, destaca que, dos 497 municípios gaúchos, 409 apresentam problemas com drogas (CNM, 2013). Portanto, o espectro de problemas relacionados às drogas não se restringe (mais) aos municípios mais populosos e com estrutura econômica diversificada. Os desafios chegaram ao meio rural.

INFRAESTRUTURA

SITUAÇÃO DE ESTRADAS, PORTOS, AEROPORTOS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Esta sessão é dedicada a dois aspectos de altíssima relevância para a população gaúcha: infraestrutura de transportes, serviços públicos de energia, saneamento e habitação.

Segundo a Pesquisa de Opinião Pública Foco que versou sobre “(...) opiniões relacionadas a assuntos políticos/administrativos” (Foco, 2013), os gaúchos entrevistados elencaram as estradas em quarto lugar, como o “maior problema do estado”. À frente das estradas estão a saúde pública (40,62% dos entrevistados), a segurança pública (20,94%) e a educação (12,51%).

A pesquisa apurou que 6,39% dos entrevistados afirmaram que os problemas rodoviários são os que mais os preocupam. Foram elencados a precariedade e a falta de manutenção de estradas e ruas, a falta de acostamento, e o alto preço dos pedágios. Enfim, nada que os meios de comunicação públicos e a mídia empresarial não tenham tratado.

Procedemos à análise da trajetória da última década e da situação atual da infraestrutura de transporte do estado. Por meio de dados oficiais, e de pesquisas conduzidas por entidades sindicais e patronais, apresenta-se a infraestrutura de rodovias, portos e aeroportos. Nesta, adiciona-se uma brevíssima discussão sobre os investimentos do governo Dilma Rousseff em infraestrutura de transportes.

Em seguida, procede-se à análise da trajetória de investimentos, e situação atual, dos setores de geração de energia, da malha de saneamento básico e de habitação.

A malha rodoviária gaúcha (mapa abaixo) mostra as principais estradas do estado e, em especial, os gargalos representados pela BR-101 (duplicada recentemente) e pela BR-290, principal via de ligação da RMPA com o interior gaúcho.

O Gráfico 9 exemplifica, de forma definitiva, a dimensão do problema rodoviário gaúcho. Optou-se pela base 100 (em 2002), para uma melhor compreensão e comparação entre os principais veículos motorizados comercializados.

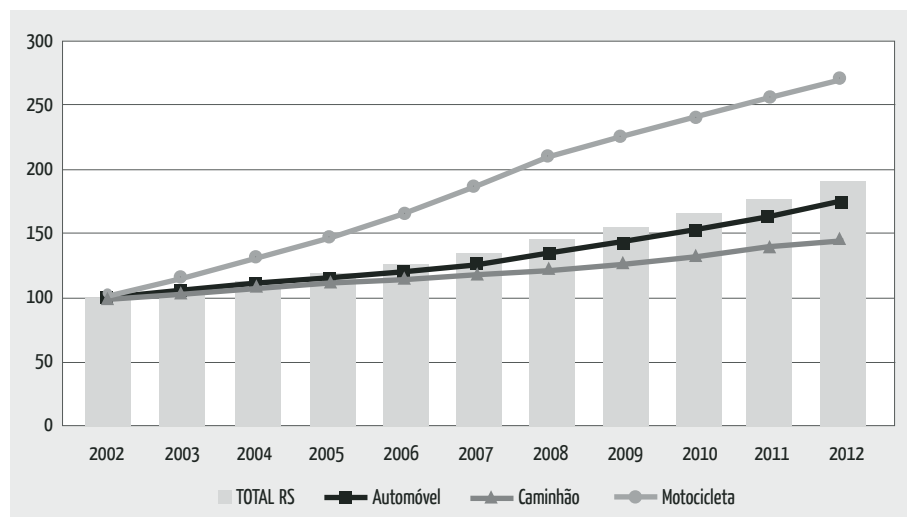
Observa-se que o crescimento da frota de motocicletas é bastante superior ao aumento da frota de automóveis e de caminhões. A razão para tanto não deve ser buscada apenas em um fator. Há de se considerar a melhoria de renda do trabalhador, que deixa de utilizar o transporte coletivo (outro gargalo importante), novas linhas de crédito, que permitem ao comprador saldar a compra de sua moto “em suaves prestações” e, como não poderia deixar de mencionar, o trânsito congestionado das grandes cidades (RMPA, em particular), que só tende a crescer, dado o aumento da frota, e o grande – e histórico – estoque de problemas veiculados à falta de manutenção das estradas existentes.

A expectativa dos investimentos em estradas gaúchas busca não apenas melhorias no tráfego e no combate ao altíssimo número de mortes e de acidentes rodoviários. Dentre as principais obras destacam-se:

Gráfico 9

RS - Evolução da frota de veículos

Base 2002=100



Fonte: Denatran (2013).

(1) BR-392 (duplicação do trecho Pelotas-Rio Grande e (Santa Maria-Santo Ângelo);

(2) Construção da BR 448 (chamada de “Rodovia do Parque”);

(3) BR-116 (a chamada “Via Expressa”);

(4) BR-386 (duplicação do trecho Tabaí-Estrela);

(5) Nova ponte sobre o Rio Guaíba, que tende a desafogar o trânsito na RMPA, no trecho da BR-290, principal elo de Porto Alegre com o interior do estado e, principalmente, com a porção sul do RS. A atual ponte está com o trânsito saturado. Além do que, o congestionamento aumenta nos momentos de interrupção no tráfego, por causa do içamento da ponte.

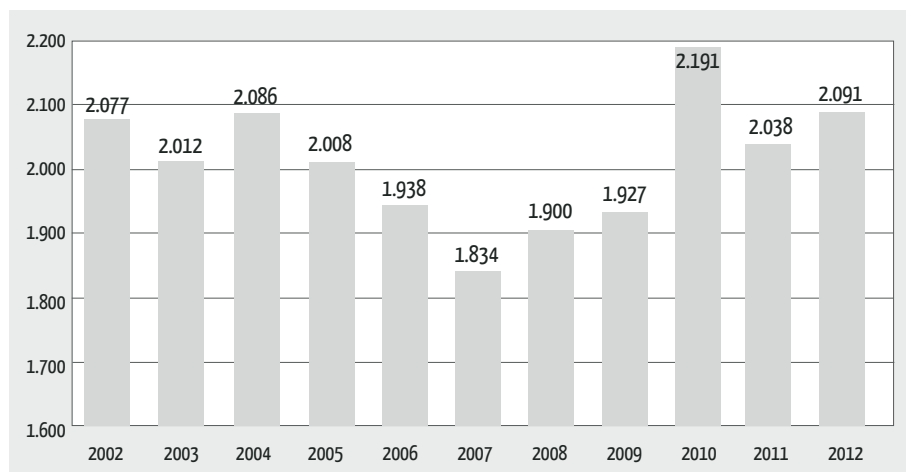
Relevante para a análise do crescimento do número de veículos automotores no estado é a chamada “taxa de motorização”. Esta passou de 28 veículos por 100 habitantes, em 2002, para 45 veículos por 100 habitantes, em 2010, ou seja, um aumento de cerca de 61%.

Sobre a trajetória ascendente do número de acidentes, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER, 2013) publicou um trabalho intitulado Estudos Estatísticos de Acidentes de Trânsito.

Os principais resultados encontram-se no Gráfico 10 e Tabela 20. A trajetória dos dados não deixa dúvidas a respeito da relação entre a evolução da frota e a dinâmica dos acidentes (com e sem mortes).

Gráfico 10

RS - Mortes em acidentes rodoviários - vias federais, estaduais e municipais
2002 - 2012



Fonte: DAER (2013).

Tabela 20**RS - Evolução do número de acidentes de trânsito em rodovias estaduais
2000 - 2012**

	Acidentes	Evolução (%)	Mortes	Evolução (%)	Feridos	Evolução (%)
2000	7.771	-	343	-	4.916	-
2001	8.056	3,67	377	9,91	5.272	7,24
2002	9.138	13,43	420	11,41	5.791	9,84
2003	9.110	-0,31	431	2,62	5.826	0,60
2004	10.288	12,93	468	8,58	6.704	15,07
2005	10.007	-2,73	422	-9,83	6.882	2,66
2006	9.593	-4,14	379	-10,19	6.621	-3,79
2007	10.189	6,21	401	5,80	7.058	6,60
2008	10.025	-1,61	370	-7,73	7.411	5,00
2009	10.239	2,13	432	16,76	7.407	-0,05
2010	11.939	16,60	525	21,53	8.189	10,56
2011	12.632	5,80	497	-5,33	8.799	7,45
2012	12.869	1,88	557	12,07	8.975	2,00

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do DAER (2013).

Outra fonte de dados, o Detran-RS (2012), segundo o site Vias Seguras (2013), quantificou, em 2010, que os mortos em decorrência de acidentes de trânsito eram 22% pedestres, 6% ciclistas, 27% motociclistas e passageiros, e de 45% ocupantes de veículos (automóveis, caminhões, ônibus, tratores).

Já o “índice de mortos” manteve-se estável: 19 mortos por 100 mil habitantes no RS (Vias Seguras, 2013).

O dado mais relevante da Tabela 20 é o aumento dos acidentes nas rodovias sob responsabilidade gaúcha, a partir de 2011z, rompendo a barreira de 12 mil acidentes; e, pior, o crescimento de mortes e de acidentados no referido período.

AEROPORTOS

Apesar dos altos e crescentes investimentos dos governos estadual e federal em melhorias na ampliação e criação de infraestrutura de entrada e saída de bens e de indivíduos, o sistema de portos e aeroportos continua deficiente.

Tanto os dados apresentados pelos organismos oficiais, quanto os apresentados pelas organizações privadas (a Confederação Nacional do Transporte, em especial), atestam que o processo de sucateamento e de baixíssimos investimentos, ocorridos entre as décadas de 1980 e de 1990, encareceram

os projetos e obras necessários a aprimorar os meios de transporte marítimo/hidroviário e aéreo nacionais.

Reportagem da Folha de S.Paulo (FSP, 2013) lembrou que o sistema portuário brasileiro se situa em 135º lugar dentre os 144 sistemas internacionais estudados pelo Fórum Econômico Mundial.

Os problemas e desafios enfrentados pelos que necessitam de transportes marítimo e aéreo são semelhantes, e requerem soluções conjugadas. Todavia, além da evidente e fartamente documentada falta de investimentos estatais, as razões para o sucateamento, observado nas décadas de 1980 e de 1990, são sutilmente distintas.

A Tabela 21 fala por si: o “único” aeroporto digno é o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, que concentrou 98,1% da carga e 96,4% dos passageiros no estado.

Tabela 21

**RS - Movimento dos principais aeroportos
2012**

Aeroporto	Passageiros	Carga (kg)
Porto Alegre	8.261.355	22.394.327
Caxias do Sul	220.476	261.315
Passo Fundo	48.993	118.886
Rio Grande	15.233	-
Pelotas	9.965	17.945
Santo Ângelo	4.030	14.594
Erechim	3.933	13.045
Uruguaiana	3.122	646
Bagé	1.813	3.122
Santa Rosa	815	-
Torres	363	-
Ijuí	69	-
total	8.570.167	22.823.880

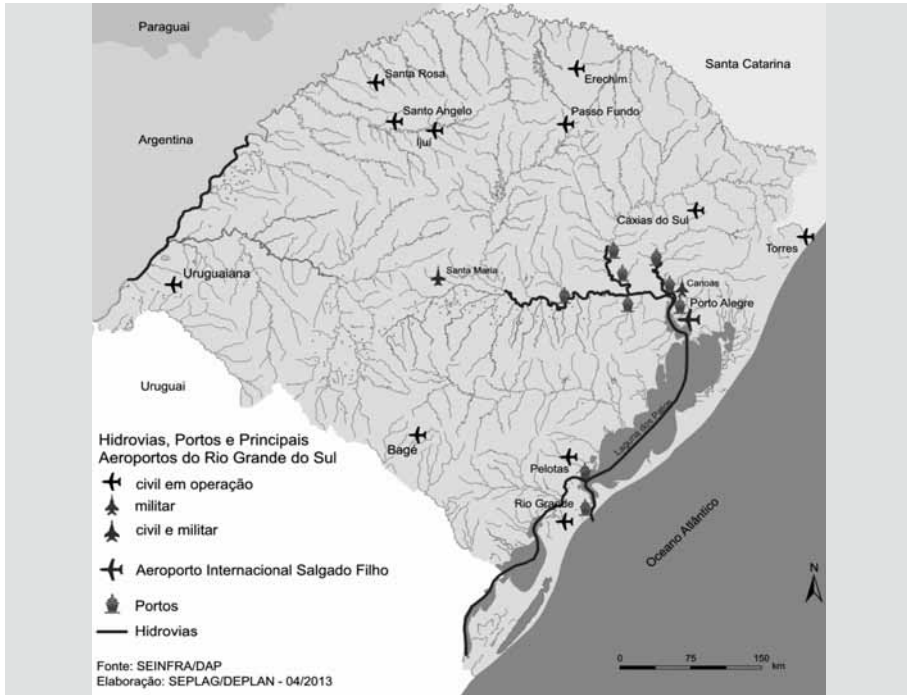
Fonte: SEINFRA/DAP (2013).

Enquanto o transporte marítimo sofreu os efeitos colaterais (benéficos) do aumento das exportações e das importações nacionais, o setor de aeroportos viu a demanda pelos transportes aéreos ser aumentada de forma jamais vista no Brasil, o que implicou não apenas no aumento de rotas e na compra de aeronaves, mas, também, na melhoria e ampliação da infraestrutura terrestre.

O Mapa 3 mostra o quão concentrados estão os portos de água doce no estado. Se, por um lado, os aeroportos estão bem distribuídos no território, os portos estão localizados apenas na bacia do Rio Jacuí, na entrada da RMPA.

Mapa 3

RS - Principais portos e aeroportos



Fonte: Seplag/Deplan (2010).

PORTOS

Em 2011, segundo pesquisa conduzida pela CNT sobre transporte marítimo (CNT, 2012b), 13 dos 34 portos organizados responderam por 90% da carga transportada e por 95,9% do volume exportado pelo Brasil.

Os principais portos brasileiros são: Santos (SP), Itaguaí (RJ), Paranaíba (PR), Rio Grande (RS), Vila do Conde (PA), Itaqui (MA), Suape (PE), São Francisco do Sul (SC), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Aratu (BA), Itajaí (SC) e Fortaleza (CE).

Na pesquisa qualitativa da CNT (2012b), dentre os principais problemas dos portos brasileiros, considerando apenas as respostas elencadas como “muito graves”, encontramos:

- (1) excesso de tributação (56,1% das respostas);
- (2) excesso de tarifação (47,%);
- (3) elevado custo tarifário (43,9%);

- (4) acesso terrestre deficiente (40,1%);
- (5) elevado custo de mão de obra portuária (39,2%); e
- (6) excesso de burocracia (34,4%).

O Porto do Rio Grande é o principal porto brasileiro da região Sul e representou em 2011, 5,8% da movimentação portuária do país. A área geográfica de influência do porto cobre, além do RS, o comércio de SC e o comércio exterior da Argentina e do Paraguai.

Tabela 22

**RS - Evolução das movimentações no Porto do Rio Grande - em milhões de toneladas
2000 - 2012**

	Movimentação
2000	13,0
2004	22,7
2007	26,7
2010	27,7
2011	30,4
2012	27,7

Fonte: Jornal do Comércio (2013).

Segundo dados do estudo da CNT (2012b), a trajetória de embarques e desembarques no Rio Grande sofreu redução de cerca de 20%, entre 2006 e 2011. Em 2006, o porto movimentou 22,4 milhões de toneladas (64% de embarques e 36% de desembarques). Já, em 2011, o movimento apurado foi de 17,9 milhões de toneladas (63% de embarques e 37% de desembarques).

A principal característica do porto é o transporte de “granéis sólidos”. Os principais produtos (cargas) movimentados são: soja (em grão, farelo e óleo), fertilizantes, peças (cavacos) de madeira, trigo, celulose, fumo, frango congelado, maquinário agrícola (peças, tratores e colheitadeiras) e contêineres de transporte diverso.

HABITAÇÃO

Os dados referentes às condições habitacionais no estado dizem respeito a condições consideradas normais, cidadãs, de habitação e do que o IBGE considera “aglomerados subnormais”. No Brasil, tais aglomerações compreendem 6% da população, e 5,6% dos domicílios.

O estudo do IBGE, de identificação dos aglomerados subnormais brasileiros, levou em conta alguns critérios. O primeiro é o da ocupação ilegal da

terra, seja pública ou privada. Além disso, para serem consideradas “aglomerações subnormais”, o conjunto de domicílios deve comportar uma série de serviços essenciais, avaliados como inadequados.

Os serviços essenciais inadequados são de quatro dimensões:

- (1) abastecimento de água sem ligação com a rede geral de abastecimento;
- (2) esgotamento sanitário rudimentar, ou seja, não ligado às redes gerais de esgoto e pluvial, ou mesmo fossa séptica;
- (3) destino impróprio do lixo (queimado, enterrado, destinado a terrenos baldios, rios, arroios, lagos, lagoas ou mar); e
- (4) acesso a energia elétrica fora da formalização com a companhia distribuidora de energia e sem medidor de uso de energia.

Segundo a pesquisa Aglomerados Subnormais: primeiros resultados (IBGE, 2011), estudo realizado a partir de dados coletados no Censo 2010,

(...) o país possuía 6.329 aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros) em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Eles concentravam 6,0% da população brasileira (11.425.644 pessoas), distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% desses domicílios, e quase metade (49,8%) dos domicílios de aglomerados estava na Região Sudeste.

As Tabelas 23 e 24 resumem a situação do saneamento do estado. Percebe-se que os domicílios atendidos com saneamento adequado encontram-se acima da média nacional.

Outro dado relevante que merece ser lembrado, apesar de evidente, é que a qualidade de vida piora quando não há saneamento básico. Tal situação se verifica nas aglomerações subnormais.

Tabela 23

RS - Parcela de domicílios atendidos com serviços essenciais adequados 2010

	Aglomerados subnormais	Áreas urbanas regulares
Abastecimento de água	96,9	94,5
Esgotamento sanitário	75,0	90,9
Destino do lixo	98,4	99,6
Energia elétrica	54,1	86,1

Fonte: IBGE (2011).

Tabela 24

RS - Indicadores sociais selecionados comparativos para aglomerações subnormais e áreas urbanas regulares

2010

	Aglomerados subnormais	Áreas urbanas regulares
Média de moradores por domicílio	3,4 habitantes	2,9 habitantes
Taxa de analfabetismo (15 anos e mais)	6,6%	2,7%
Renda: de zero a 1/4 sal. min. <i>per capita</i>	13,3%	5,2%
Renda: acima de 2 sal. min. <i>per capita</i>	5,7%	31,7%

Fonte: IBGE (2011).

A Tabela 25 mostra a parcela de aglomerados subnormais localizados. Dos 497 municípios gaúchos, apenas 23 tinham áreas consideradas pelo estudo, a maioria localizada na RMPA, ou seja, a área mais populosa do estado.

Tabela 25

RS - Parcela de aglomerações subnormais no Brasil

2010

	Quantidade	Nº de municípios	Domicílios	População
Brasil	6.329	323	3.224.529	11.425.644
RS	223	23	86.478	297.540
RS/Brasil	3,52	7,12	2,68	2,60

Fonte: Cálculos elaborados pelo autor, a partir de dados do IBGE (2011).

Das aglomerações contidas na tabela acima, o estudo do IBGE destaca que, na RMPA 63,5% comportavam menos de mil domicílios. As restantes, 36,5%, possuíam mais de mil domicílios.

Isso significa que a maior parte dessas aglomerações configura o que popularmente se chama de “vilas”, ou mesmo, de “favelas”, problema crônico das grandes cidades brasileiras.

DEMOGRAFIA

COMPOSIÇÃO ETÁRIA, RACIAL E DE GÊNERO, TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL, IMIGRANTES E PROJEÇÕES

A população residente gaúcha apresentou, no período de 2000 a 2010, um baixo crescimento. A respeito do crescimento populacional, ressalta-se, na Tabela 26, a evolução da população residente, segundo os Censos do IBGE. Depreende-se dos dados censitários a taxa de crescimento demográfico anual, abaixo da média nacional e abaixo de outras UFs para onde a população se deslocou e/ou de crescimento vegetativo superior, quando comparado.

Todavia, segundo os demógrafos, taxas de crescimento populacional, abaixo de 2,1%, não repõem a população. Ressalta-se, na Tabela 26, que, desde a publicação dos resultados do Censo de 1980, tal fenômeno é observado no estado.

Enfim, com um ritmo de crescimento mais lento e, como veremos mais adiante, com uma tendência de redução da população residente nos decênios vindouros, o estado deverá se defrontar com problemas políticos e orçamentários por causa do envelhecimento da população que, por sua vez, interfere na previdência social.

Para uma apreciação nacional dos desafios impostos pela mudança na pirâmide etária do país, o trabalho de Wong & Carvalho (2006) em especial, é exemplar no diagnóstico do envelhecimento da população brasileira e de seus desafios em termos de políticas públicas. Os dados atestam, de maneira inequívoca, o crescimento na parcela de indivíduos com mais de 60 anos no país: 5,1% (1970), 8,6% (2000) e 10,5% (2010).

Outra estatística relevante para a compreensão da trajetória das taxas de crescimento demográfico é a dos dados de fecundidade, ou seja, o número médio de filhos por mulher.

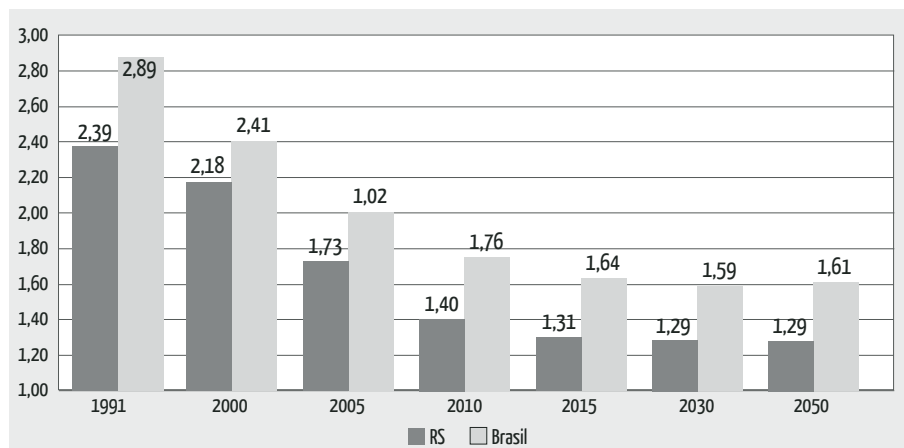
Tabela 26**RS - População residente e taxas de crescimento anuais**

	População	Crescimento anual (%)
1900	1.149.070	-
1920	2.182.713	3,26
1940	3.320.689	2,12
1950	4.164.821	2,29
1960	5.366.720	2,57
1970	6.664.891	2,19
1980	7.773.837	1,55
1991	9.138.670	1,48
2000	10.187.798	1,22
2010	10.639.929	0,49

Fonte: FEE (2012).

O Gráfico 11 fornece indícios importantes a respeito de vários pontos tratados ao longo do presente capítulo. Ressalte-se que as taxas de fecundidade da população residente gaúcha são inferiores às taxas nacionais e, segundo o estudo do IBGE (2006), deverão não apenas manter, como agravar tal trajetória até 2050.

Os movimentos nacional e gaúcho são de queda. Todavia, as taxas de fecundidade são mais pronunciadas e, portanto, mais preocupantes no que tange à reposição da população.

Gráfico 11**RS - Taxa de fecundidade total
1991-2050**

Fonte: IBGE (2006).

A partir das taxas de fecundidade, a apresentação de outros dados e fontes estatísticas se fazem necessárias para uma observação mais acurada a respeito das dinâmicas demográficas gaúchas e, sobretudo, da projeção populacional do estado nas próximas décadas.

Uma dessas estatísticas é a que diz respeito à composição das pirâmides etárias. O uso da figura da pirâmide não é por acaso. Trata-se de uma figura com uma base maior que o vértice. Portanto, para uma população (grande) de jovens, corresponde uma população menor de adultos em idade de trabalho até o vértice (pequeno), no qual se encontra a população aposentada.

A Tabela 27 atesta as mudanças demográficas ocorridas entre 2000 e 2010.

Tabela 27

RS - Composição da população por faixas etárias (%)

	2000	2010
Acima de 65 anos	7,20	9,30
Entre 15 e 64 anos	66,75	69,85
Abaixo de 14 anos	26,06	20,85
Total	100	100

Fonte: IBGE (2011). Cálculos do autor.

Ademais, observa-se que a População Economicamente Ativa (PEA) aumentou muito pouco entre 2000 (66,75%) e 2010 (69,85%), o que corresponde a um crescimento pequeno de indivíduos que, efetivamente, recebem renda do trabalho. No mesmo período, destaca-se o aumento da população acima de 65 anos e a diminuição de jovens abaixo de 15 anos, ou seja, aqueles (as) jovens que estão entrando no mercado de trabalho.

Especificamente, Elaine C. Piza, pesquisadora das questões de mudança demográfica do Brasil, prediz que o envelhecimento da população brasileira é uma das questões críticas que poderá afetar o nível de desenvolvimento nacional nas próximas décadas.

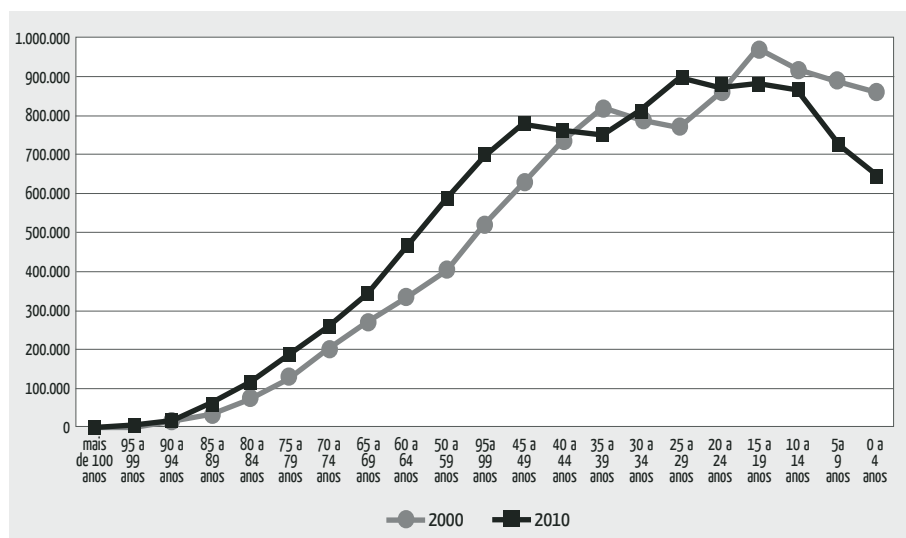
A respeito do envelhecimento rápido da população nacional, a pesquisadora afirma que

com uma população idosa proporcionalmente maior, demandando cada vez mais gastos públicos com saúde e previdência, enquanto há cada vez menos jovens trabalhadores para financiar essas demandas, elevam-se os custos governamentais oriundos desse envelhecimento, como os benefícios e transferências sociais, diminuindo os recursos que poderiam ser alocados em prol do crescimento econômico (Piza, 2013: 28).

No caso gaúcho, deve ser ressaltado que, na comparação entre as pirâmides etárias, de 2000 e de 2010, ficam evidentes a acentuada diminuição da população, menor de 15 anos, e o descolamento das curvas, a partir dos 40 anos. Os fatos: a população gaúcha total cresce pouco, e com baixo crescimento vegetativo.

Gráfico 12

RS - Composição etária da população 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2011).

A Tabela 28 mostra como foi a dinâmica populacional dos principais municípios gaúchos (acima de 100 mil habitantes), entre 2000 e 2011.

Os dados atestam que houve um aumento na concentração populacional nos maiores municípios gaúchos: de 46,05% (2000), para 46,82% (2011), do total da população estadual. Em suma, apenas 18 – de um total de 497 municípios gaúchos – concentram cerca de 47% da população.

A explicação para isso está na concentração do PIB estadual nos mesmos municípios (tema tratado em seção precedente), e na evidente geração de empregos.

Atesta-se, portanto, um dos maiores desafios ao desenvolvimento gaúcho: a interiorização da geração de riquezas e, conseqüentemente, a criação de postos de trabalho, o que criaria a sinergia necessária para a desconcentração populacional gaúcha.

Tabela 28

RS - Crescimento populacional dos municípios com população acima de 100 mil habitantes
2011-2000

	Total (2011)	% População total	Total (2000)	% População total	2011/2000 (%)
RS	10.735.890	100	10.187.798	100	5,38
Porto Alegre	1.414.104	13,17	1.360.590	13,36	3,93
Caxias do Sul	439.902	4,10	360.419	3,54	22,05
Pelotas	329.173	3,07	320.595	3,15	2,68
Canoas	325.514	3,03	306.093	3,00	6,34
Santa Maria	262.312	2,44	243.611	2,39	7,68
Gravatá	257.398	2,40	232.629	2,28	10,65
Viamão	240.567	2,24	227.429	2,23	5,78
Novo Hamburgo	239.738	2,23	236.193	2,32	1,50
São Leopoldo	215.606	2,01	193.547	1,90	11,40
Rio Grande	198.051	1,84	186.544	1,83	6,17
Alvorada	196.890	1,83	183.968	1,81	7,02
Passo Fundo	186.051	1,73	168.458	1,65	10,44
Sapuçaia do Sul	131.728	1,23	122.751	1,20	7,31
Uruguaiana	125.784	1,17	126.936	1,25	-0,91
Cachoeirinha	119.071	1,11	107.564	1,06	10,70
Santa Cruz do Sul	119.057	1,11	107.632	1,06	10,61
Bagé	117.074	1,09	114.840	1,13	1,95
Bento Gonçalves	108.151	1,01	91.486	0,90	18,22
Total	5.026.171	46,82	4.691.285	46,05	7,14

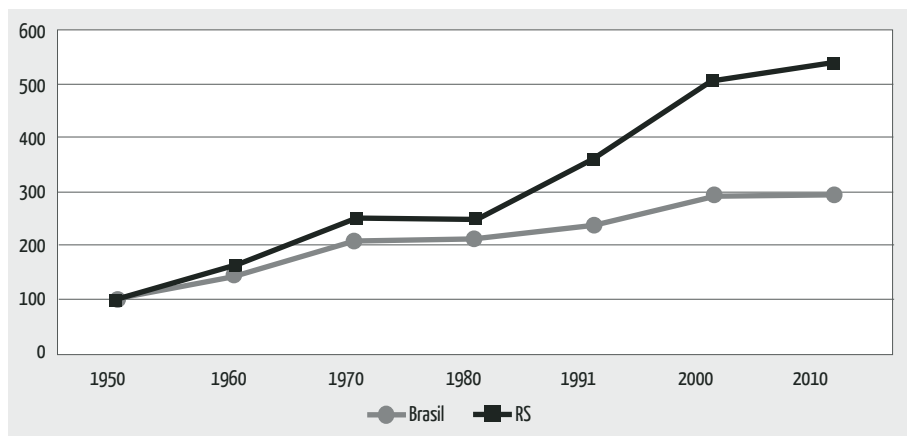
Fonte: FEE (2013)

A própria ideia da criação de municípios no RS – política de emancipação de distritos com vistas a buscar recursos no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) –, afora a estruturação da chamada “máquina pública”, não apenas foi um movimento localizado no tempo (dos anos 1980, a princípios dos anos 2000), como pouco fez sentido enquanto política de interiorização da geração de riquezas e da “fixação do homem do campo” (Gráfico 13).

Outro dado relevante, citado anteriormente, é que grande parte dos municípios criados no RS a partir de emancipações, era muito pequena (abaixo de 5 mil habitantes) e dependente do setor primário.

A trajetória da população rural gaúcha, seguindo a tendência nacional, é de declínio desde meados da década de 1960 (Tabela 29). Portanto, deduzindo-se a partir da falência da política de emancipações municipais e da perda de população rural, chega-se a mais um motivo da concentração populacional gaúcha nos maiores municípios: o êxodo rural.

Gráfico 13

RS - Taxa de crescimento na criação de municípios
1950-2010

Fonte: IBGE (20011).

Tabela 29

RS - Evolução da população residente urbana e rural
1950-2010

	RS		Brasil	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1960	44,36	55,64	44,70	55,30
1970	53,31	46,69	55,90	44,10
1980	67,55	32,45	67,60	32,40
1991	76,56	23,44	75,60	24,40
2000	81,65	18,35	83,30	16,70
2010	85,10	14,90	84,40	15,60

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1960 a 2010.

A dinâmica demográfica rural gaúcha pode ser observada na Tabela 30, no qual estão elencadas, desde o Censo de 1991, as regiões do estado. Todas perdem população de maneira significativa.

O saldo migratório é um importante componente das dinâmicas demográficas. Em um cálculo simples, ele é a diferença entre o número de entradas e o número de saídas de indivíduos por migração em um determinado período de tempo.

O saldo migratório no estado é negativo, ou seja, a tradição é a saída de gaúchos para outras UFs ou para outros países. Em estudo recente, o IBGE divulgou dados sobre o fluxo migratório entre os estados brasileiros.

Segundo o instituto, esse movimento encontra-se em desaceleração. Es-

Tabela 30

RS - População rural residente
1991-2010

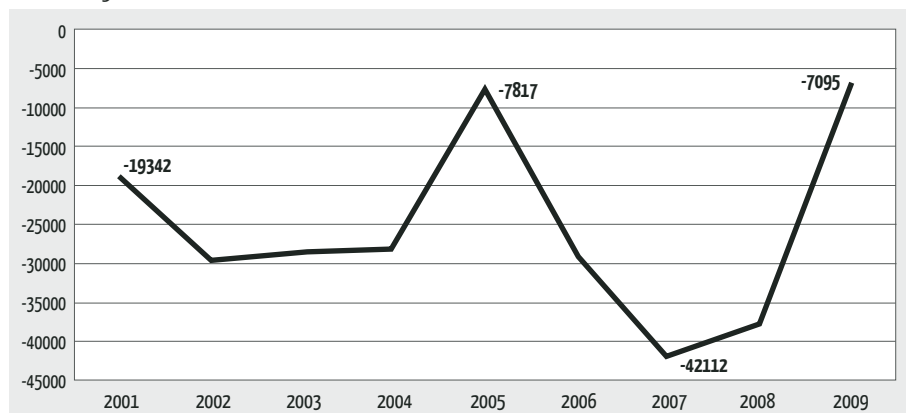
Região gaúcha	1991	2000	2010
Centro Ocidental Rio-grandense	130.653	115.949	102.523
Centro Oriental Rio-grandense	276.026	248.386	235.142
Metropolitana de Porto Alegre	352.415	351.486	288.517
Nordeste Rio-grandense	212.035	188.178	152.674
Noroeste Rio-grandense	865.328	691.137	557.059
Sudeste Rio-grandense	190.414	173.784	160.964
Sudoeste Rio-grandense	115.257	100.894	96.759
Total	2.142.128	1.869.814	1.593.638
População RS	9.138.670	10.187.798	10.693.929
População rural/população RS	23,4	18,4	14,9

Fonte: IBGE (2013), elaboração e cálculos do autor.

pecialistas em demografia atestam que a desaceleração dos fluxos migratórios internos ocorre por conta dos altíssimos fluxos observados na “época de ouro” do êxodo rural brasileiro, entre as décadas de 1950 e de 1970 e da “descoberta econômica” da região Centro-Oeste do país, durante os anos 1980, quando houve uma expansão, sem precedentes, na fronteira agrícola nacional.

O Gráfico 14 mostra a trajetória do saldo ao longo da última década. Destaca-se que, hoje, o estado encontra-se em terceira posição nas UFs que mais perderam população, depois da Bahia e do Maranhão.

Gráfico 14

RS - Saldo migratório
2001-2009

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados do Ipea (2012).

A leitura deste gráfico é uma tarefa complexa. Observa-se que a única constante é a permanência de um fluxo negativo, ou seja, saem mais do que ingressam indivíduos no estado. Todavia, a variabilidade dos dados requer estudos mais aprofundados para que se chegue a um conjunto de explicações – e de ações a serem tomadas – para a construção de políticas públicas consistentes, que revertam esse quadro.

Tais análises se fazem necessárias para uma melhor apreensão de qual é o perfil educacional, etário, de gênero e de renda que deixa o estado. Uma parte de tais respostas pode ser observada nos dados sobre a projeção populacional.

Em resumo, o crescimento demográfico gaúcho, abaixo da média nacional, e o contínuo envelhecimento da população podem estar associados ao fluxo migratório negativo do estado.

Para uma projeção de longo prazo do comportamento da população gaúcha, a FEE realizou um importante estudo que detalha as profundas mudanças que deverão ocorrer na pirâmide etária do estado até o ano de 2050.

Na Tabela 31, podem ser observadas a projeção de população total do estado e as correspondentes taxas de crescimento populacional. Os dados mais relevantes mostram que:

- (1) as projeções indicam crescimento negativo da população a partir de 2030; e
- (2) em pouco menos de quarenta anos, ou seja, em 2050, o estado terá 1 milhão a menos de indivíduos.

Uma projeção em tão largo espaço de tempo, porém, apesar de instrutiva, não possui o sentido de auxiliar a construção de políticas públicas de médio prazo.

Tabela 31

RS - Projeção da população
2010 - 2050

	População	Taxa de crescimento (em %)
2010	10.693.929	-
2015	10.913.037	2,05
2020	11.043.710	1,20
2025	11.070.660	0,24
2030	10.980.552	-0,81
2035	10.777.530	-1,85
2040	10.481.016	-2,75
2045	10.117.360	-3,47
2050	9.709.870	-4,03

Fonte: FEE (2012).

Para tanto, e utilizando-se do citado trabalho da FEE, construiu-se um quadro (Tabela 32) com as pirâmides etárias das projeções populacionais para 2020 e 2030. O estudo da FEE nos fornece uma série de possibilidades de interpretação. *A priori*, o quadro futuro da projeção populacional do estado é preocupante. Essa afirmação é baseada em alguns fatos, sendo, o principal, que o Rio Grande do Sul é a 27ª UF, ou seja, encontra-se na última posição, com apenas 5% em termos de crescimento populacional acumulado entre 2000 e 2010.

Tabela 32

RS - Projeção da população em 2020 e 2030

	2020		2030	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
De 0 a 4 anos	327.998	312.880	277.186	264.369
De 5 a 9 anos	343.139	327.033	302.909	288.583
De 10 a 14 anos	323.864	312.195	324.313	308.704
De 15 a 19 anos	363.128	349.702	337.558	322.009
De 20 a 24 anos	427.148	414.206	313.751	303.564
De 25 a 29 anos	426.897	423.189	349.021	339.822
De 30 a 34 anos	421.989	425.251	411.511	406.296
De 35 a 39 anos	430.113	441.083	411.899	415.959
De 40 a 44 anos	383.675	401.179	406.016	416.730
De 45 a 49 anos	349.044	369.080	410.512	429.762
De 50 a 54 anos	346.622	378.079	360.349	387.641
De 55 a 59 anos	341.117	381.270	319.293	351.810
De 60 a 64 anos	292.468	336.673	304.816	352.939
De 65 a 69 anos	229.388	277.116	282.199	344.123
De 70 a 74 anos	162.669	210.918	219.249	286.590
De 75 a 79 anos	100.465	144.674	147.972	213.690
80 anos ou mais	94.273	175.185	132.927	236.480
Total	5.363.997	5.679.713	5.311.481	5.669.071
Total H + M	11.043.710		10.980.552	

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da FEE (2012).

O crescimento acumulado populacional nas UFs, no período de 2000 a 2010, captura os efeitos das migrações internas e do crescimento vegetativo (saldo entre nascimentos e falecimentos).

Para uma melhor apreensão de quão baixo foi o crescimento populacional gaúcho, o estudo da FEE (2012) lembra que os maiores aumentos populacionais foram no Amapá (40,7%), em Roraima (39,0%), no Acre (25,8%), no Amazonas (23,8%), e no Pará (22,5%), todos estados da região Norte, além do Distrito Federal (25,8%).

Estados com importância no PIB e na população brasileira não apresentaram desempenho tão elevado. Todavia, todas as UFs com essas características tiveram crescimento populacional bem acima do gaúcho. A respeito disso, destacam-se São Paulo (11,6%), Rio de Janeiro (11,3%), Pernambuco (11,2%), Minas Gerais (9,7%) e Bahia (7,3%).

A magnitude de crescimento demográfico na porção Norte do país possui, por certo, razões que dizem respeito ao papel do Estado brasileiro em levar os serviços públicos a regiões onde eram/são escassos, ou mesmo inexistentes. Além disso, trata-se de uma nova fronteira para os investimentos privados. O somatório desses fatores explica, em parte, a atratividade para a população se deslocar e se estabelecer.

As razões para o baixo crescimento populacional gaúcho dizem respeito à evolução da renda e à emancipação da mulher, ao constante fluxo migratório de gaúchos em direção a outras UFs e, internamente, ao envelhecimento da população. Tais fenômenos são sobejamente conhecidos, e fartamente documentados, em países com IDH alto.

Especificamente, em relação aos números contidos no quadro, destacam-se:

(1) a queda relativa da população total. O estado deverá antecipar a diminuição da população nacional em, pelo menos, uma década. O estudo de base sobre a projeção da população brasileira e o do início de tal fenômeno encontram-se no estudo de Camarano & Kanso (2009);

(2) a diminuição no número de nascimentos, o que fica bastante evidente nas projeções da população de 0 a 4 anos, em 2020 e em 2030;

(3) o fenômeno de envelhecimento da população, típico de países ricos e desenvolvidos. Tal fenômeno é antecipado no RS por conta de fatores elencados acima. Problemas futuros poderão ocorrer em função do aprofundamento do envelhecimento: pressão sobre contas públicas (função saúde) e, em especial, sobre a previdência social;

(4) finalmente, a dinâmica demográfica nos municípios tipicamente rurais, dependentes das atividades agrícolas. Um estudo profundo, e já clássico sobre o tema da dinâmica demográfica no meio rural brasileiro, encontra-se no trabalho de Camarano & Abramovay (1999), no qual temas como êxodo rural e envelhecimento e masculinização da população rural brasileira (e gaúcha) atestam as razões de a população rural crescer menos do que a população urbana.

Outro aspecto da dinâmica demográfica gaúcha é a composição étnica da população. Destaca-se uma pequena, porém, importante, mudança na população gaúcha: uma diminuição relativa da população que se autodeclara branca e um aumento sensível das populações parda e negra.

Tal análise sobre a composição étnica gaúcha não deve se basear apenas em aspectos puramente quantitativos, mas, também, em aspectos qualitativos. Na última década, torna-se necessária considerar as políticas de empoderamento das populações negra e indígena, particularmente esquecidas ao longo da história brasileira.

Tabela 33

RS - Composição étnica da população gaúcha

Em % (*)

	Branços	Pardos	Asiáticos/Indígenas	Total
2000	86,5	7,5	0,8	94,8
2010	82,3	11,4	0,4	94,1

Fonte: IBGE (2011). (*)Autodeclaração.

A hipótese subjacente não diz respeito somente a uma diminuição da taxa de fecundidade dos autodeclarados brancos, mas, também, ao crescente combate às discriminações étnicas no Brasil. Portanto, nos parece que as políticas de valorização das etnias não brancas devem ser consideradas quanto à autodeclaração nas pesquisas (Censos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD).

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO, TRABALHO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL E SAÚDE

Com os governos Lula tornou-se fato o retorno das políticas estatais estruturantes e de longo prazo no Brasil. É conhecido o papel preponderante das políticas sociais como protagonistas de importantes mudanças no país, como o combate às desigualdades de renda, o combate à extrema pobreza e o importante aporte financeiro de recursos financeiros estatais para o aumento e a melhora da infraestrutura nacional.

Para tanto, e encerrando o ciclo privatizante dos anos 1990,

os bancos públicos remanescentes – BNDES, BB, CAIXA, BNB e Banco da Amazônia (Basa) – foram cruciais para tal. No caso do BNDES, principal instrumento de financiamento do investimento privado (indústria e infraestrutura) no país, sua capacidade de empréstimo foi acentuada desde 2003. Se, durante o período de 1995 a 2002, este banco havia realizado desembolsos no montante acumulado de R\$ 344,5 bilhões, de 2003 a 2011, o montante acumulado atingiu a cifra de R\$ 817,7 bilhões (Monteiro Neto, 2013: 26).

Ou seja, incremento de 137,35% no volume de empréstimos. A recuperação do poder de investimento do Estado brasileiro é incontestável. Os dados da expansão do crédito, aliados ao crescimento da renda familiar, ao aumento da classe média e da diminuição expressiva da pobreza, nada mais são do que expressões do “retorno” do Estado enquanto organizador da vida socioeconômica nacional.

Um conjunto das principais ações de políticas públicas no estado deve ser buscado nas atividades dirigidas a buscar os Objetivos do Milênio. O RS conseguiu estabelecer, a partir de orientações de políticas e recursos nacionais, excelentes resultados para os Objetivos do Milênio. Tais políticas atuam no sentido de:

- (1) erradicar a extrema pobreza e a fome;
- (2) atingir o ensino básico universal;
- (3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- (4) reduzir a mortalidade infantil;
- (5) melhorar a saúde materna;
- (6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- (7) garantir a sustentabilidade ambiental; e
- (8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O documento governamental Plano Plurianual Participativo 2012-2015 (Governo do Estado do RS, 2011) atesta as ações promovidas e a serem implantadas pelo governo para, sobretudo, aumentar os níveis de desenvolvimento gaúcho.

Uma das manifestações mais importantes da ação das políticas públicas é a ampliação expressiva da educação. Dos desafios impostos ao RS nos anos 2000, um dos mais debatidos foi o da expansão da educação superior.

Diferente de outras UFs brasileiras, os ensinos básico e fundamental estão relativamente bem cobertos no estado do RS, apesar da perda de posições para outras UFs.

Os dados sobre educação básica, por exemplo, mostram que, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o estado

vem apresentando uma trajetória descendente, perdendo posições quando comparado aos demais estados. Entre 2005 e 2009, no caso do ensino fundamental, passou da 6ª para a 9ª posição entre os alunos da 4ª série/5º ano, e da 4ª para a 9ª posição entre os alunos da 8ª série/9º ano. No que se refere ao ensino médio, em 2005, o Rio Grande do Sul ocupava a 2ª posição em 2009, e caiu para o 4º lugar (Secretaria de Estado da Educação do RS, 2012: 10).

O relatório da Secretaria de Estado da Educação é eloquente ao afirmar que os números são bons, mas apresentam um contínuo e preocupante declínio.

Apesar dos problemas crônicos e históricos de embate entre sindicatos de professores e a Secretaria de Educação do RS – em torno do piso salarial do magistério e do plano de carreira –, nos concentraremos na educação superior

e, em particular, na criação e desenvolvimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS), gestada com verbas públicas do governo.

Criada no governo de Olívio Dutra (1999-2002), a UERGS, universidade multicampi,

tem como objetivo ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação tecnológica; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais, de acordo com a lei de criação nº 11.646, de 10 de julho de 2001 (UERGS, 2012).

Na Tabela 34, podem ser vistos os cursos oferecidos pela UERGS. Os cursos preenchem lacunas locais e regionais em termos de emprego e possibilidades de atrair empresas.

DIMENSÃO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DA EXTREMA POBREZA NO RS A AÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A população pobre e extremamente pobre gaúcha deve ser escrutada para se ter a dimensão aproximada do público demandante de políticas sociais – em especial, o Programa Bolsa Família (PBF).

Nas tabelas a seguir, obtém-se a dimensão exata da cobertura às famílias gaúchas pelo PBF.

A respeito do PBF deve-se ter em conta seu efeito multiplicador no combate à pobreza extrema. Para tanto, estudo do Ipea quantifica aquilo que outros estudos, de alcance regional, já provaram. A esse respeito, o estudo do Ipea (2013a) aponta que o PBF foi responsável por 28% da queda da extrema pobreza na última década. É o que aponta o estudo *Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família - uma análise comparativa das transferências sociais*. De acordo com os dados apresentados, entre 2002 e 2012, a proporção de brasileiros vivendo com menos de R\$ 70 (a preços de 2011, corrigidos pela inflação ao longo da série) caiu de 8,8% para 3,6%. Sem a renda do PBF, a taxa de extrema pobreza em 2012 seria 4,9%, ou seja, 36% maior que a observada com o programa.

Comparado a outras transferências públicas, o PBF é o que reduz a desigualdade e a pobreza ao menor custo. Cada real adicional, gasto no Bolsa

Tabela 34

RS - Cursos oferecidos pela UERGS
2012

Campi	Cursos	Professores	Estudantes
Bagé	Pedagogia; Tecnologia em fruticultura	7	237
Santana Livramento	Des. Rural e Gestão Agroind.; Tecnologia Agroindústria; Agronomia	5 (p.); 2 (temp.)	100
Alegrete	Pedagogia	2 (p.); 2 (temp.)	100
São Borja	Eng. Bioprocessos e Biotecnologia; Tecnologia em Agroindústria; Tecnologia em Agropecuária Integrada	3 (p.), 1 (temp.)	50
São Luiz Gonzaga	Pedagogia; Tecnologia em Agroindústria e Agropecuária Integrada	3 (p.); 2 (temp.)	119
Três Passos	Gestão Agroambiental; Tecnologia em Agroindústria; Tecnologia em Gestão Agroambiental	8 (p.)	120
Frederico Vestphalen	Bacharelado em Administração: Gestão Pública	5 (p.)	125
Cruz Alta	Pedagogia; Bacharelado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos; Tecnologia em Agroindústria	10 (p.)	210
Erechim	Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Fruticultura; Bacharelado em Gestão Ambiental	6 (p.)	70
Sananduva	Tecnologia em Gestão Ambiental; Bacharelado em Gestão Ambiental; Tecnologia em Agroindústria	6 (p.)	71
Vacaria	Tecnologia em Agropecuária Integrada; Tecnologia em fruticultura	5 (p.); 1 (temp.)	80
Cachoeira do Sul	n. d.	11 (p.), 1 (temp.)	260
Santa Cruz do Sul	Tecnologia em Horticultura; Eng. Bioprocessos e Biotecnologia	5 (p.)	65
Encantado	n. d.	8 (p.)	110
Bento Gonçalves	n. d.	9 (p.)	90
Caxias do Sul	Tecnologia em Agroindústria	2 (p.)	10
São Francisco de Paula	Pedagogia; Tecnologia em Gestão Ambiental; Bacharelado em Gestão Ambiental	7 (p.)	115
Novo Hamburgo	Eng. Bioprocessos e Biotecnologia; Eng. em Energia; Tecnologia em Automação Industrial	18 (p.)	470
Montenegro	Licenciatura em Dança; Licenciatura em Música; Licenciatura em Teatro; Licenciatura em Artes Visuais	22 (p.)	160
Guaíba	Engenharia de Sistemas Digitais	10 (p.)	110
Porto Alegre	Bacharelado em Administração: Gestão Pública; em Administração: Sistemas e Serviços de Saúde	10 (p.)	200
Osório	Pedagogia; Biologia Marinha	9 (p.); 3 (temp.)	192
Tapes	Tecnologia em Gestão Ambiental; Bacharelado em Gestão Ambiental	6 (p.); 1 (temp.)	70

3134

Família, impacta a desigualdade 369% mais que na previdência social em geral e 86% no Benefício de Prestação Continuada (BPC), respectivamente. Assim, o programa tem o mérito de gerar grandes efeitos, custando apenas 0,5% do PIB.

Dois dados devem ser destacados:

(1) a diminuição da participação do RS no PBF, apesar do aumento do volume de recursos e do número de famílias atendidas, em nível nacional; e

(2) o valor médio do PBF no RS é sempre menor que o do valor médio nacional.

Tabela 35

RS - Evolução do Programa Bolsa Família no RS
2004-2011

	Brasil	RS	RS/Brasil (em %)
2004	6.571.839	290.660	4,42
2005	8.700.445	398.132	4,58
2006	10.965.810	436.169	3,98
2007	11.043.076	410.540	3,72
2008	10.557.996	367.631	3,48
2009	12.370.915	462.966	3,74
2010	12.778.220	453.761	3,55
2011	13.352.306	450.778	3,38

Fonte: MDS (2012) e Ruckert & Rabelo (2012). Elaboração dos dados feita pelo autor.

COBERTURA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A cobertura da previdência social no estado – medida pela população atendida acima de 60 anos – mostra que o RS possui uma cobertura acima da média nacional.

No Brasil, pouco mais de três quartos da população acima de 60 anos possui alguma forma de renda da previdência social. Já no RS, tal proporção encontra-se acima de 83% da população.

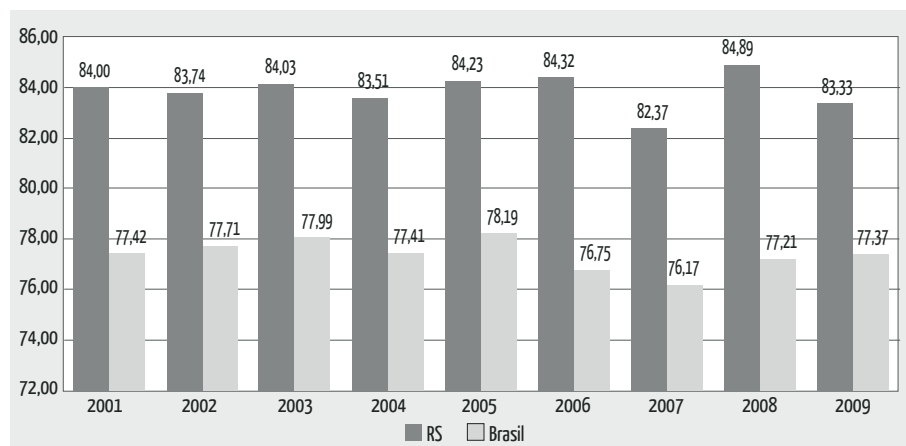
A hipótese subjacente é a trajetória das atividades profissionais exercidas pelos trabalhadores gaúchos, com uma taxa de formalização do trabalho (carteira assinada) historicamente acima da média nacional (Gráfico 15).

Outra questão contemporânea sobre a previdência social oficial é a sua sustentabilidade financeira. Ou seja, a quantidade/proporção de contribuintes, à previdência social oficial, necessária à manutenção do volume de recursos para pagamento de pensões e/ou aposentadorias.

O Gráfico 16 nos atesta que tal proporção é sutilmente maior no RS do que no Brasil. A razão para tanto é uma maior formalização do trabalho dos gaúchos (acima de 16 anos), aliada ao chamado bônus demográfico – maior quantidade de indivíduos na porção intermediária da pirâmide etária – na chamada faixa dos indivíduos que recebem renda do trabalho.

Gráfico 15

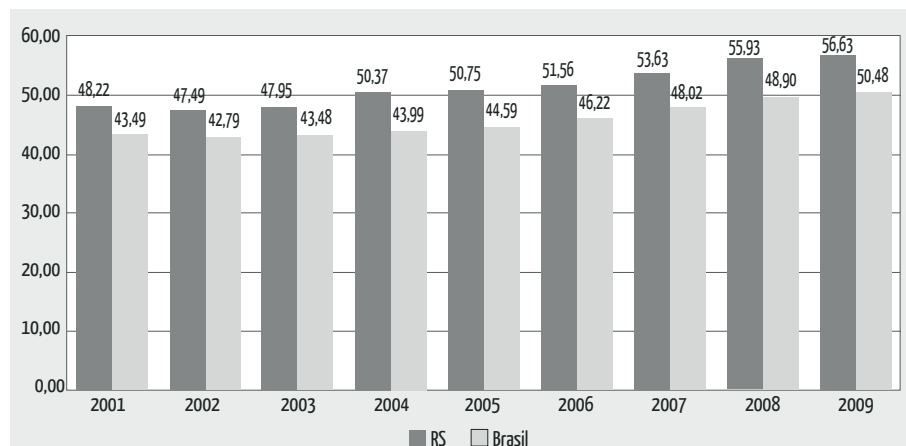
RS - Cobertura da Previdência Social: aposentadorias e/ou pensões para a população acima de 60 anos 2001-2009



Fonte: Ipea (2012).

Gráfico 16

RS - Cobertura da Previdência Social: aposentadorias e/ou pensões para a população acima de 60 anos 2001-2009



Fonte: Ipea (2012).

A SITUAÇÃO DA SAÚDE DOS GAÚCHOS

Reservar um espaço para a apresentação de dados sobre a previdência social, sua cobertura e sustentabilidade financeira, impõe que se inclua uma breve discussão sobre a trajetória da saúde no RS, a principal preocupação dos gaúchos em relação à atuação do governo (pesquisa Foco, 2013).

Tal discussão, mesmo que breve, encontra sua razão no contínuo avanço da idade dos brasileiros. Ou seja, uma maior longevidade implica contínuos (e maiores) gastos públicos com a previdência social e, igualmente, com a saúde.

As Tabelas 36 e 37 são ilustrativas da dinâmica da estrutura de saúde hospitalar no estado durante a década de 2000.

Observa-se que houve uma diminuição no número de hospitais no estado: de 379, em 2000, para 346, em 2011, e um aumento pequeno no número de leitos. Vê-se, portanto, que faz sentido a opinião dos brasileiros e, em especial, dos gaúchos, quanto ao chamado “sucateamento” das estruturas de saúde.

Estudos pormenorizados a respeito da superação de problemas de saúde deverão ser buscados a partir da implantação do Programa Mais Médicos, e da expansão dos serviços de saúde pública, uma das principais preocupações dos governos federal e estadual.

A trajetória da mortalidade infantil é outro conjunto de dados que merece destaque. Observa-se que, desde meados dos anos 1990, a mortalidade infantil recua de maneira expressiva.

Tabela 36

**RS - Número de hospitais e leitos
2000-2011**

	Nº hospitais	Nº leitos	Leitos/hospital
2000	379	31.155	82,2
2001	380	31.526	83,0
2002	361	30.618	84,8
2003	362	30.766	85,0
2004	n. d.	n. d.	n.d.
2005	353	31.667	89,7
2006	359	31.549	87,9
2007	357	31.853	89,2
2008	352	32.325	91,8
2009	356	32.290	90,7
2010	352	32.266	91,7
2011	346	n. d.	n.d.

Fonte: FEEDADOS (2013).

Tabela 37

RS - Internações hospitalares
2000-2011

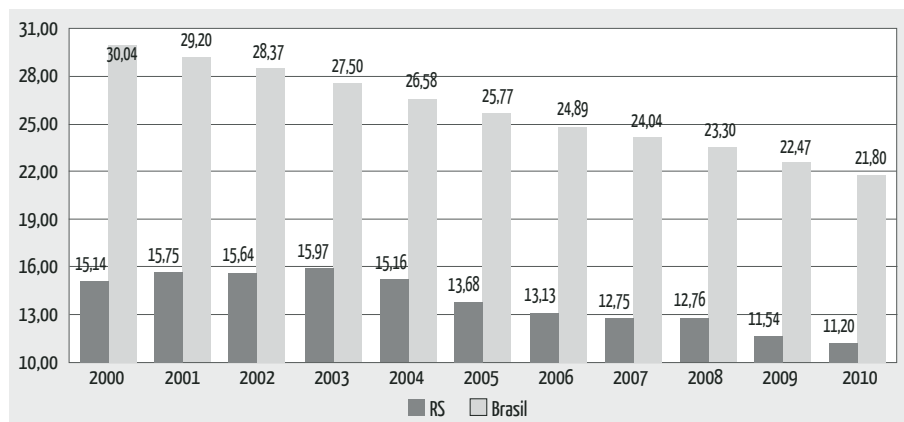
	Internações dias/ano	Nº internações/ano	Óbito em hospitalização
2000	4.908.768	799.145	26.427
2001	4.823.985	789.465	27.692
2002	4.716.087	773.925	28.535
2003	4.541.596	752.237	29.513
2004	4.590.482	754.669	31.443
2005	4.378.015	735.157	30.696
2006	4.365.247	747.027	31.529
2007	4.290.473	729.487	33.084
2008	4.139.463	712.789	30.427
2009	4.304.589	731.736	32.914
2010	4.388.520	725.490	33.550
2011	4.288.697	699.767	32.245.

Fonte: FEEDADOS (2013).

Todavia, a dinâmica da queda na morte de crianças com menos de um ano de idade tem um declínio substancial e sustentado a partir de 2004. Tal dinâmica é observada tanto no agregado nacional, como nos números do estado.

O gráfico a seguir ilustra a magnitude da queda e, como observado no presente relatório, constitui-se em uma das principais conquistas das ações públicas que compõem os Objetivos do Milênio.

Gráfico 17

RS - Taxa de mortalidade infantil: mortos menores de um ano de idade por mil nascidos vivos
2000-2010

Fonte: FEEDADOS (2013).

Historicamente, o estado possui taxas de mortalidade infantil inferiores aos números nacionais, constituindo-se numa UF com as menores taxas de mortalidade de crianças com menos de um ano são as mais inferiores do país.

Os motivos para tanto são conhecidos e estão ligados a melhorias na saúde da mulher, na implantação de aparelhos públicos de assistência à mulher e à criança (pré-natal) e às condições de vida – IDH superior ao das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

POLÍTICAS DESTINADAS AO PÚBLICO LGBT

O compromisso da esquerda – e do PT, em particular – com o resgate da cidadania dos chamados “marginalizados da sociedade” é algo incontestado no Brasil. A chegada de Lula ao governo federal apenas formalizou tal compromisso por meio de políticas públicas específicas.

O tema das reivindicações do público – formado por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) é relativamente novo no país, e começou a ganhar importância maior nas políticas públicas, com a promulgação da Constituição de 1988 e a já observada chegada da esquerda ao poder.

Não se trata apenas de reconhecimento do referido grupo. Trata-se do resgate da cidadania plena desta população.

No RS, o governo Tarso Genro mostra-se comprometido com o público LGBT, como ficou demonstrado em ato público, em meados de 2013. Na ocasião, várias organizações representativas de coletivos LGBT entregaram uma pauta unificada na qual se destacam

:o documento entregue a Tarso trata de políticas públicas para a comunidade LGBT que podem ser implantadas pelo estado. Dentre as exigências, estão uma campanha publicitária do Programa RS SEM Homofobia; o fornecimento de recursos para apoiar financeiramente as Paradas LGBT nos municípios do interior, e não apenas na capital; e a contratação de uma pessoa responsável pelos temas diversidade sexual e violência de gênero na Secretaria de Estado da Educação. (Sul21, 2013).

O pioneirismo gaúcho no tema deve ser enfatizado pelo Programa Rio Grande Sem Homofobia. Esse programa é capitaneado pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), e tem por objetivo mobilizar a sociedade em defesa da dignidade humana e pela promoção dos direitos dos indivíduos participantes e/ou simpatizantes LGBT.

As principais ações do Programa Rio Grande Sem Homofobia são:

- (1) instituição do Dia Estadual de Combate à Homofobia;
- (2) conferências regionais LGBT;
- (3) conferência estadual LGBT, com representantes de todas as regiões do estado;
- (4) iluminação do Palácio Piratini com as cores do arco-íris;
- (5) realização da exposição Homofobia tem cura: educação e criminalização;
- (6) seminários regionais RS Sem Homofobia com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH);
- (7) Encontro Estadual de Gestores LGBT;
- (8) apoio às Paradas Livres do interior e da capital;
- (9) capacitação de 10 mil servidores públicos sobre o tema da diversidade sexual;
- (10) aulas sobre homofobia, diversidade e abordagem policial na Academia de Polícia Civil e Brigada Militar;
- (11) criação de ala específica para população *gay* e travesti no Presídio Central;
- (12) capacitação de todos os servidores do Presídio Central em parceria com a Secretaria de Segurança Pública;
- (13) primeiro estado a instituir a carteira de nome social para travestis e transexuais;
- (14) campanha pela divulgação da Lei nº 11.872/2002, Lei RS Sem Homofobia;
- (15) apoio ao Dia da Visibilidade Lésbica e ao Dia da Visibilidade Trans;
- (16) criação do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia (Governo do RS, 2012).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SERVIDORES, PESO DA FOLHA DE PAGAMENTO, CARÊNCIAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Dentre os maiores desafios enfrentados pelos governos estaduais, destaca-se aquele que diz respeito às contas públicas. Dos anos 1980, caracterizados por períodos de descontrole inflacionário e conseqüente crescimento das emissões de moeda, ao controle inflacionário e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a partir de meados da década de 1990, os gestores públicos das contas estaduais tiveram de se adaptar a uma série de ajustes monetários e legais, que modificaram de forma significativa a composição das receitas e despesas públicas.

Outro aspecto a ser levado em conta na última década é o patrulhamento por meio da mídia dos chamados “gastos públicos”. Um exemplo claro desse “patrulhamento”, é a insistência com que a grande mídia alardeia a arrecadação de impostos no país, destacando, periodicamente, o aumento da arrecadação estatal no chamado impostômetro.

Todavia, desde 2003, com o conseqüente aumento das despesas públicas nas funções sociais, em particular, e com o avanço dos gastos em políticas públicas, o debate sobre as contas públicas ganhou, de maneira sutil, outros contornos.

A Tabela 38 atesta o aumento das receitas e despesas do estado durante a década passada. Destaca-se o desequilíbrio entre arrecadação (receitas) e gastos (despesas) no período.

A leitura mais pormenorizada das contas do estado, ou seja, a despesa por funções durante a década, atesta que o endividamento público gaúcho possui diferentes dimensões a partir das agendas de governo.

Em outros termos, Olívio Dutra (PT), de 1999 a 2002; Germano Rigotto (PMDB), de 2003 a 2006; e Yeda Crusius (PSDB), de 2007 a 2010, tiveram agendas de desenvolvimento que, pautadas por planos de governo, priorizaram distintos setores da estrutura social e econômica gaúcha.

Não cabe neste relatório uma discussão aprofundada sobre a atuação dos governos estaduais gaúchos durante a década de 2000. Todavia, ficam muito claras, à luz dos dados de despesa por funções (Tabela 40), as prioridades de cada um governos.

Tabela 38**RS - Internações hospitalares**
2000-2010

	Receita	Despesa	Saldo
2000	9.585.421.679	6.106.106.810	3.479.314.869
2001	10.717.417.635	5.473.071.326	5.244.346.309
2002	12.239.654.003	12.619.638.514	-379.984.511
2003	13.844.997.511	14.227.398.170	-382.400.659
2004	14.471.484.700	15.391.164.235	-919.679.535
2005	16.649.669.203	17.574.857.156	-925.187.953
2006	18.101.876.263	19.001.474.588	-899.598.325
2007	20.839.311.897	20.216.157.809	623.154.088
2008	24.442.726.523	24.000.074.230	442.652.293
2009	28.565.477.079	28.555.085.109	10.391.970
2010	34.723.753.243	34.880.273.151	-156.519.908

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IpeaDATA (2013).

Tabela 39**RS - Servidores públicos: parcela empenhada com ativos e inativos**
2000-2010

	Ativos (1)	Inativos (2)
2000	49,5	50,5
2001	49,8	50,2
2002	50,3	49,7
2003	49,8	50,2
2004	49,5	50,5
2005	49,1	50,9
2006	48,7	51,3
2007	47,8	52,2
2008	47,0	53,0
2009	46,4	53,6
2010	46,2	53,8

(1) Civis e militares. (2) Aposentados e pensionistas. Fonte: Secretaria da Fazenda do RS (2012).

Tabela 40

RS - Despesas por funções da administração pública do estado
2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Administração e Planejamento	458.838.539	nd.	429.660.922	589.903.777	684.731.620	521.684.990	578.625.137	555.073.327	1.006.052.000	1.040.121.317	1.241.837.791
Agricultura	232.421.164	235.566.975	284.436.851	331.083.929	337.890.589	344.572.706	304.858.897	259.733.529	274.295.549	295.302.106	389.029.306
Assistência e Previdência	875.627.858	689.703.480	922.049.694	1.114.082.161	2.699.038.376	4.204.448.549	4.665.982.778	5.106.584.816	3.946.747.099	6.038.703.538	6.777.307.124
Ciência e Tecnologia			44.593.467	49.532.437	54.443.854	68.164.988	49.030.339	51.348.276	56.254.937	61.368.097	125.860.421
Comunicações	0	0	0	0	0	7.500	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desportos e Lazer			836.883	3.343.628	7.039.552	5.891.391	3.871.109	3.612.990	4.518.513	5.974.857	15.533.555
Educação e Cultura	2.008.903.012	1.579.047.605	2.528.773.974	2.686.418.698	2.270.940.278	1.789.371.560	1.948.845.881	2.037.430.396	3.842.063.103	4.186.830.280	4.757.527.894
Empargos Especiais			4.950.135.432	5.381.860.114	4.794.300.593	5.626.233.168	5.944.369.810	6.607.690.622	8.953.774.984	9.437.588.852	11.680.589.617
Energia e Recursos Minerais	1.291.721	1.794.156	1.410.419	1.036.492	5.475.447	1.586.455	6.220.475	942.964	9.092.593	3.781.472	72.908
Justiça e Direito à Cidadania			213.743.667	287.990.655	421.117.451	451.434.580	520.979.181	535.665.537	501.424.823	556.094.887	616.568.479
Habituação e Urbanismo	27.936.631	14.978.694	9.552.785	9.387.614	15.623.927	8.129.216	12.065.442	6.299.055	15.552.186	14.663.794	82.187.779
Indústria, Comércio e Serviços	48.406.379	32.737.152	24.519.143	19.150.661	13.999.654	21.854.827	11.898.565	9.104.827	11.750.089	13.729.040	17.977.392
Judiciária	509.275.419	490.247.829	608.251.560	727.516.967	911.936.613	888.041.708	996.080.348	1.037.972.601	1.182.482.356	1.255.555.880	1.418.831.110
Legislativa	166.489.655	195.519.220	278.330.670	319.095.967	331.089.999	317.149.677	345.064.318	345.336.163	360.301.010	471.366.565	502.896.163
Relações Exteriores	108.022		201.161	207.808	3.325	4.813	4.571	0	24.689	42.118	34.847
Saúde e Saneamento	572.956.180	881.312.144	932.626.547	939.209.459	1.388.481.664	1.513.127.049	1.556.338.854	1.688.184.272	2.014.346.121	2.402.686.393	3.209.851.160
Segurança e Defesa Pública	766.498.472	882.205.436	952.000.537	1.161.233.447	997.010.384	1.287.690.258	1.447.229.713	1.533.796.986	1.378.601.730	2.194.108.379	2.625.354.407
Trabalho	55.089.044		32.963.350	21.709.016	43.727.800	62.667.397	57.366.001	49.295.180	39.834.811	42.492.934	55.265.230
Transporte	432.304.714	469.898.655	405.551.452	585.225.340	414.650.049	462.796.324	552.683.169	388.086.268	402.957.637	534.674.600	1.363.817.988
Total	6.106.106.810	5.473.071.326	12.619.618.514	14.227.398.170	15.391.164.235	17.574.851.156	19.004.474.588	20.216.157.809	24.000.074.230	28.555.085.109	34.880.271.151

Fonte: Ministério da Fazenda (2013); IpeADATA (2013). Outro aspecto a ser ressaltado é o balanço de funcionários públicos ativos e inativos.

A Tabela 39 prova aquilo que se afirma há algum tempo a respeito da “bomba relógio” que envolve a previdência social do estado do RS, ou seja, desde o início da década de 2000, uma maior proporção de servidores inativos em relação aos ativos.

POLÍTICA

PARTIDOS, COLIGAÇÕES E DIVISÃO ENTRE ESQUERDA E DIREITA

A experiência do Partido dos Trabalhadores (PT) nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras municipais, nas assembleias legislativas, no Parlamento federal e na Presidência da República tem sido discutida – e fartamente documentada – como uma coleção de experiências únicas e que, dado o tempo histórico no qual a emergência do partido ocorreu – a década de 1980, chamada “década perdida” –, o faz um caso singular na política ocidental.

De “partido sindical”, ancorado em grandes cidades, em trinta anos o PT engrossou fileiras de simpatizantes nos quatro cantos do país, de pequenas a grandes metrópoles, do meio urbano ao mundo rural.

Os dados do Rio Grande do Sul falam por si, e podem ser atestados na trajetória do partido. Nos quadros abaixo, pode-se observar que a quantidade de eleitos pelo partido possui trajetória ascendente, desde meados dos anos 1980, quando começou a eleger vereadores e deputados, até a eleição do governador Olívio Dutra para o mandato de 2000 a 2003.

Há muitas hipóteses e métodos de análise utilizados para a compreensão e a mensuração das vitórias e derrotas eleitorais do PT. Um dos métodos possíveis de apreensão das razões das sucessivas vitórias do partido, nos planos nacional e regional, pode ser buscado ao analisarmos as experiências e resultados das políticas da oposição, quando esteve no governo.

Do retorno à democracia eleitoral, em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello (PRN), de 1990 a 1992, do “mandato tampão” de Itamar Franco (1993 a 1994), aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso

(PSDB), de 1995 a 2002, o exercício da política esteve concentrado em atacar e reverter o quadro da chamada “estagflação”.

Todos esses governos propuseram planos heterodoxos de combate à inflação inercial. O “Plano Brasil Novo”, caracterizado pelo confisco dos haveres financeiros, resultou em um retumbante fracasso, na renúncia de Collor e no retorno à inflação. Já em 1994, é lançado o “Plano Real”, exitoso em seu combate às altas taxas inflacionárias, mas profundamente recessivo, acarretando baixas taxas de crescimento, elevação do nível das importações e, o pior para o povo brasileiro, crescimento do desemprego.

No entanto, o momento vivido pelo país e o receio com a volta das altas taxas inflacionárias, associado à propaganda antiestado e antifuncionalismo público, assegurou vitórias nas eleições presidenciais de 1994 e de 1998 para o PSDB, sem disputa de segundo turno.

A ideologia desenhada em ambos os planos foi embasada no chamado “Consenso de Washington”, colocado em prática pelos técnicos do FMI, e aplicado em políticas nacionais de “ajustamento estrutural”. Enfim, aquilo que ficou conhecido como neoliberalismo, tendo por características a abertura comercial e financeira, as privatizações, a desregulamentação do trabalho e a busca incessante do “Estado mínimo”.

Com o Brasil não foi diferente. A aplicação do receituário do “Consenso de Washington” encontrou respaldo na busca do culpado pelas baixíssimas taxas de crescimento econômico dos anos 1980 (média de 1,57% ao ano), o setor público, taxado de ineficiente, intervencionista e repleto de “marajás”.

Nos anos 1990, a tônica de “modernização” e de diminuição do papel do Estado brasileiro foi seguida à risca pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Todavia, o resultado não poderia ser mais claro: taxas de crescimento do PIB tão baixas quanto as da década anterior.

O quadro de ajuste estrutural via aplicação do receituário neoliberal provocou

profundas alterações realizadas no aparato do Estado brasileiro durante os dois governos de FHC (1995-1998 e 1999-2002) como resposta à crise da década anterior, entretanto, resultaram em crescimento econômico reduzido, maior vulnerabilidade da economia brasileira frente às crises financeiras internacionais, fragilização do pacto federativo e capacidades muito reduzidas para produzir governabilidade (Monteiro Neto, 2013: 25).

Em meados da década de 2000, a gigantesca massa de brasileiros alijados das políticas pró-cidadania e, não menos importante, fora do mercado de consumo, avalia que a era do “ajuste estrutural” merecia um fim.

O colunista Vinícius Torres Freire, em um belo “réquiem” ao PSDB, afirma que

o fim do governo FHC marcou a debandada de muitos quadros tucanos, que foram ganhar a vida no mercado (...). O PSDB perdeu vínculos com a nova universidade. Nada fez para ir ao movimento estudantil. Ignora a organização de base. (...) Os tucanos não têm nem quiseram ter vínculos com os “movimentos sociais”, de resto filiados ao petismo. Têm o vício de identificar “popular” com “populista” (Freire, 2010).

O próprio ex-presidente FHC, em artigo criticado por seus colegas de partido, afirmou, em uma maquinação sobre, um “aparelhamento” (sic) dos sindicatos e outras agremiações de classe e populares,

não manter ilusões: é pouco o que os partidos podem fazer para que a voz de seus parlamentares alcance a sociedade. É preciso que as oposições se deem conta de que existe um público distinto do que se prende ao jogo político tradicional (...). Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os “movimentos sociais” ou o “povão”, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos (Cardoso, 2011).

Tal como já se afirmou reiteradas vezes, a “inflação virou um tigre de papel” (Faria, 2004) e urgia um conjunto de políticas de inclusão social para um contingente populacional jamais atingido por políticas do Estado. A escolha mais imediata para a reversão de prioridades era por meio das eleições e da chamada democracia eleitoral. A resultante é conhecida: a vitória de Lula para o seu primeiro mandato como presidente do país.

A respeito da democracia eleitoral, e da conseqüente tradição político-partidária brasileira, Fábio Wanderley Reis afirma que o

ponto crucial são os efeitos da multissecular experiência escravista (...). Ela singulariza o Brasil de modo especial: não só incluímos entre os poucos casos, em toda a história, de sociedades propriamente “escravistas” (...) mas somos também o único país moderno de dimensões significativas a contar com um legado escravista maciço – nos Estados Unidos, afinal, a escravidão perdeu a guerra (Reis, 2010: 65).

A citação acima nos fornece uma breve, porém profunda, reflexão, a respeito da dívida histórica a ser saldada com a parcela da população brasileira que jamais conheceu qualquer política de desenvolvimento. O “legado

escravista maciço” não é um fardo apenas para o contingente afrodescendente, mas, também, para a enorme massa populacional que viu erodir seus rendimentos do trabalho durante décadas de descaso e de políticas públicas equivocadas.

Inclusão foi a nova palavra de ordem, e pautou os mandatos de Lula e, agora, o da presidenta Dilma Rousseff. De par com a inclusão, as políticas públicas passam a ser pautadas pela redistribuição.

Tal como afirma Fábio W. Reis, encontramos a seguinte e ilustrativa afirmação

o que temos visto no Brasil, e em países como Bolívia, Venezuela e Equador, marcados estes últimos por turbulências recentes, tende a corroborar algo que a sociologia política vem salientando de novo com força: se a democracia chega a operar de modo a incorporar as maiorias populacionais, ela se torna fatalmente redistributiva (Reis, 2010: 70).

As Tabelas 41 e 42 atestam a dinâmica ascendente das bancadas petistas nos últimos vinte anos.

A coalizão, que propiciou a vitória de Tarso Genro ao governo gaúcho para o mandato 2010-2014, contou com a participação de oito partidos. A saber, PT, PSB, PDT, PCdoB, PTB, PR, PPL e PRB.

Tal coalizão garantiu não apenas a constituição do campo de centro-esquerda, necessária à implantação da agenda de mudanças que levou à vitória em primeiro turno, mas também propiciou maioria ao governo no legislativo gaúcho.

Tabela 41

RS - Eleitos pela legenda do PT em pleitos de abrangência municipal

Vereadores						
	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Brasil	n. d.	1.891	2.458	3.673	4.160	5.184
Rio Grande do Sul	n. d.	359	436	513	519	656
RS/Brasil (em %)	-	19,0	17,7	14,0	12,5	12,7
Prefeitos						
	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Brasil	54	116	187	409	558	626
Rio Grande do Sul	8	26	35	43	61	73
RS/Brasil (em %)	14,8	22,4	18,7	10,5	10,9	11,7

Fonte: DIAP (2013); TSE (2013) e TRE (2013).

Tabela 42

RS - Eleitos pela legenda do PT em pleitos de abrangência estadual

Deputados Estaduais						
	1990	1994	1998	2002	2006	2010
Brasil	n. d.	69	90	147	126	149
Rio Grande do Sul	n. d.	4	12	13	10	14
RS/Brasil (em %)	n. d.	5,8	13,3	8,8	7,9	9,4
PT/Ass. Leg. RS (55 deputados)	-	7,3	21,8	23,6	18,2	25,
Deputados Federais						
Brasil	35	31	59	91	83	88
Rio Grande do Sul	4	5	8	8	7	8
RS/Brasil (em %)	11,4	16,1	13,6	8,8	8,4	9,1
PT/Câm. Dep. (31 deputados)	12,9	16,1	25,8	25,8	22,6	25,8
Senadores						
Brasil	n. d.	4	3	10	2	11
Rio Grande do Sul				1		1

Fonte: DIAP (2013); TSE (2013) e TRE (2013).

Todavia, dois fenômenos políticos recentes vieram romper com a coalizão. O primeiro diz respeito ao PSB. Desde o anúncio da candidatura própria à Presidência da República, o PSB anunciou seu desejo de construir um palanque para a disputa do governo gaúcho. O deputado federal Beto Albuquerque deve ser o escolhido pelo partido para a disputa eleitoral. Entretanto, Beto Grill não rompeu, mas mantém-se em postura protocolar e discreta, dado que foi eleito em chapa majoritária como vice-governador. Não há repetição do embate político que opôs a ex-governadora pelo PSDB, Yeda Crusius, a seu vice (Paulo Feijó) no governo anterior ao de Tarso.

A segunda defecção na coalizão diz respeito ao PDT, com o pré-lançamento de candidatura própria ao governo do estado. O nome escolhido foi o do deputado federal Vieira da Cunha.

A saída do PSB e do PDT da coalizão de apoio ao governo de Tarso Genro não significa, necessariamente, rompimento com o governo. Houve entrega dos cargos em comissão e das secretarias comandadas por esses partidos. Ressalta-se, todavia, que a aprovação de projetos prioritários ao governo mostrou-se comprometida, na medida em que PSB e PDT desejam mostrar, à opinião pública, uma postura de independência em relação ao governo.

O PMDB, apesar de compor o governo federal como principal aliado do PT, sempre se mostrou adversário do PT no RS. As razões para tanto são várias, e não serão aprofundadas no presente trabalho.

Vale lembrar que o antagonismo programático entre os dois partidos foi aprofundado na década de 1990, quando petistas se colocaram como protagonistas em inúmeras denúncias de prática de desmonte do estado quando do governo de Antônio Britto.

Todavia, à semelhança do que ocorrerá em 2014, em nível federal, o governador Tarso Genro admitiu em entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues (UOL, 2013) uma “repetição de palanque PT-PMDB” no RS.

Dado o histórico de embates acalorados em pleitos eleitorais passados e, principalmente, ao pré-lançamento de candidatura própria pelo PMDB gaúcho, tal possibilidade nos parece pouco provável.

Análise semelhante vale para o PP, aliado do PT em nível federal e tradicional oposição ao PT em nível estadual. A (provável) candidatura própria da senadora Ana Amélia Lemos como candidata ao Palácio Piratini proporcionou um aumento da atuação de oposição da bancada do PP aos projetos do governo Tarso Genro.

Em resumo, desde o final de 2013, dos 55 deputados estaduais, a bancada aliada ao governo se resume a 21 deputados estaduais (14 PT; 5 PTB; 1 PRB e 1 PCdoB), o que constitui, pela primeira vez minoria. Os “independentes” contam dez deputados (6 PDT; 3 PSB e 1 SDD), e a oposição conta com 23 deputados (8 PMDB; 7 PP; 6 PSDB; 1 PPS e 1 DEM).

PAC NO RIO GRANDE DO SUL

Esta sessão é dedicada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 2007, durante o início do segundo mandato do presidente Lula, o PAC

promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável (...). Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período (PAC, 2014).

O PAC possui seis eixos, a saber: Água e Luz para Todos; Transportes; Energia; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; e Cidade Melhor. Cada um dos eixos comporta uma série de programas, que cobrem o conjunto de ações capitaneadas pelos investimentos públicos, a partir de 2007.

Na Tabela 42 observamos, resumidamente, os eixos e a quantidade de empreendimentos do PAC no RS.

Os documentos oficiais Rio Grande do Sul – Balanço – 4 anos: 2007-2010 (PAC, 2010) e PAC 2 – Rio Grande do Sul, 8º Balanço maio/agosto (PAC, 2013) trazem a listagem dos municípios, o empreendimento contemplado, e o montante do investimento destinado em cada uma das ações coordenadas pela equipe técnica do PAC no estado. Fica evidente que a maioria dos mu-

Tabela 43

PAC no RS - Eixos e empreendimentos
2013

Água e Luz para todos	185
Transportes	54
Energia	101
Comunidade Cidadã	1210
Minha Casa Minha Vida	195
Cidade Melhor	806
Total	2551

Fonte: PAC (2013).

nicípios gaúchos foi contemplada com, pelo menos, uma ação de algum eixo do programa.

Como aponta a série de documentos que são disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão do Estado que responde pelas funções administrativas do PAC, os programas possuem fundamental importância na amplificação das obras necessárias ao combate à pobreza no país e, diretamente, responde pelo incremento de empregos nos setores de construção civil e de serviços.

Trata-se da aplicação prática de uma política de vertente keynesiana. Tais políticas primam pela manutenção do emprego a partir do controle de gastos por parte das entidades públicas.

Para exemplificar, lembramos um breve trecho de um dos documentos de base do PAC:

[O programa] teve importância fundamental para o país durante a grave crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais (PAC, 2014).

A importância com a transparência dos gastos públicos propiciou a elaboração e a consequente divulgação de uma série de relatórios sobre os investimentos do PAC. No estado, os documentos apontam empreendimentos em todos os eixos programados e totalizam R\$ 42,7 bilhões entre 2011 e 2014 (PAC 2). Os destaques são os seguintes:

(1) Eixo Transportes: investimentos da ordem de R\$ 7,78 bilhões. O principal montante dos investimentos é a construção e ampliação (alarga-

mento) de rodovias (cerca de R\$ 5,2 bilhões). Aeroportos, portos, hidrovias, marinha mercante e abertura e melhoramento de estradas vicinais dividem o restante dos investimentos;

(2) Eixo Energia: os investimentos somam cerca de R\$ 14 bilhões. Meta-de deste montante é destinado ao setor de petróleo e gás. O restante é empregado em geração e transmissão de energia elétrica, investimentos fundamentais para o crescimento do setor industrial gaúcho;

(3) Eixo Cidade Melhor: como o nome indica, tal eixo engloba construção e melhorias na infraestrutura urbana do estado. O investimento entre 2011 e 2014 é da ordem de R\$ 3,6 bilhões, e cerca da metade deste montante é direcionada para ações de mobilidade urbana (projetos de construção de metrô em Porto Alegre e ampliação do trem metropolitano – Trensurb –, na região metropolitana da capital). O restante dos investimentos é direcionado ao saneamento, prevenção em áreas de risco, pavimentação, cidades históricas e infraestrutura turística;

(4) Eixo Comunidade Cidadã: apesar de representar “apenas” R\$ 5,4 milhões, este eixo engloba ações voltadas a empreendimentos majoritariamente municipais e, portanto, investimentos de proximidade com a comunidade. Além de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), o destaque no RS é a construção e melhoramentos de creches e pré-escolas;

(5) Eixo Minha Casa, Minha Vida: são destinados ao estado gaúcho R\$ 15,9 bilhões. A construção e o financiamento para a aquisição de moradias são os objetivos dos empreendimentos sob esta rubrica. Todavia, destacam-se os investimentos em urbanização de assentamentos precários, ou seja, aquilo que tecnicamente se chama de aglomerações urbanas precárias;

(6) Eixo Água e Luz para Todos: o investimento previsto é de R\$ 774,5 milhões para a ampliação, melhoramento e/ou construção de infraestrutura de captação de recursos hídricos (barragens e canais de irrigação); melhoramento da potabilidade da água em regiões urbanizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Nesta seção, propomos algumas ideias a respeito de cenários futuros para o estado. Baseamos-nos nos números apresentados ao longo deste relatório, e não temos a pretensão de esgotar o assunto nem o propósito de mostrar um sentido único às soluções dos problemas na estrutura estatal gaúcha.

Seguem algumas considerações e ponderações necessárias a respeito da trajetória do desenvolvimento socioeconômico gaúcho:

(1) necessário combate ao discurso que afirma a “decadência histórica” do RS. Não faz sentido à luz das análises econômicas e da trajetória de desenvolvimento gaúcho e brasileiro;

(2) discussão profunda sobre as mudanças da composição do PIB do RS. Caminhamos inexoravelmente para a desindustrialização? Discussão sobre a alta dependência do estado em relação ao agronegócio;

(3) necessária e inadiável discussão sobre políticas de interiorização do desenvolvimento, pois a RMPA concentra não apenas população e principais municípios, mas, também, a criação de riquezas e geração de postos de trabalho e o seu contrário: pobreza e aglomerações subnormais;

(4) questão da saúde. Não apenas o principal problema do estado para mais de 40% dos entrevistados na pesquisa Foco (2013), mas o principal problema brasileiro, segundo várias pesquisas, largamente difundidas pelos meios de comunicação;

(5) no setor da segurança destaca-se o volumoso – e constrangedor – déficit carcerário do estado. Propaganda negativa para todo o país quando se

apresenta o Presídio Central como o “pior presídio do país”. Políticas de segurança são fundamentais, na medida em que a população vê a segurança pública como um importante problema para o Rio Grande;

(6) combate aos gargalos de infraestrutura. Rodovias, aeroportos e portos/hidrovias devem receber atenção especial e mais verbas. Atividades de construção civil: criação de empregos e rápida reversão de expectativas;

(7) grande e crescente quantidade de acidentes rodoviários. Causas? Muitas, porém, as consequências são péssimas para as famílias e, em termos mais gerais, para órfãos, pensionistas, inválidos;

(8) a questão do envelhecimento populacional merece um tratamento mais profundo dos órgãos gaúchos. O Rio Grande do Sul não é apenas o estado que teve o menor crescimento demográfico entre 2000 e 2010 mas, também será o Estado que primeiro sofrerá com as consequências da diminuição de sua população, a partir de 2030;

(9) em termos políticos, continua a valer a máxima da construção de alianças programáticas e da “governabilidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Endividamento de Estados e Municípios. Disponível em: <www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lmdividas.asp>. Acesso em 22 jul. 2013.

BRASIL TURISMO. Mapa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/mapa-rodoviario.htm>. Acesso em 25 set. 2013.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Textos para discussão nº 621, Brasília: Ipea, 1999.

CAMARANO, A. A. & KANSO, S. *Perspectivas de crescimento da população brasileira*. Textos para discussão nº 1426, Brasília: Ipea, 2009.

CAMARANO, A. A. & KANSO, S. & FERNANDES, D. *Envelhecimento populacional, perda de capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011*. Textos para discussão nº 1890, Brasília: Ipea, 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo – Brasil 2012*. Goiânia: CPT Nacional, 2013.

CARDOSO, F. H. *O papel da oposição*. Interesse Nacional, ano 4, nº 13. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/o-papel-da-oposicao/>>, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Observatório do crack – Os municípios brasileiros como protagonistas ao enfrentamento do crack*. Brasília: CNM, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES (CNT). *Pesquisa CNT de rodovias 2013*. Brasília: CNT, SEST, SENAT, 2012a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES (CNT). *Pesquisa CNT do transporte marítimo 2012*. Brasília: CNT, 2012b.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER). *Estudos Estatísticos de Acidentes de Trânsito*. Disponível em: <www.daer.rs.gov.br/site/controle_estudos_estatisticos_acidentes_transito.php>. Acesso em 4 nov. 2013.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO RIO GRANDE DO SUL (DETRAN-RS). *Estatísticas*. Disponível em: <www.detran.rs.gov.br/index.php?action=estatistica>. Acesso em 31 out. 2013.

EXAME. *Os Estados com renda mais desigual do Brasil: velhos e novos resultados – DF lidera*. Revista Exame, 19 dez. 2012, disponível em: <www.exame.com>.

FARIA, Luís A. E. “Aquém da estagnação: 10 anos do Plano Real”. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 32, n° 2, p. 175-196, 2004.

FEE. *Projeções populacionais para o Estado do Rio Grande do Sul: 2015-2050*. Porto Alegre: FEE, 2012.

FEE; IBGE; SECEX. *O trabalho Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*, conduzido por BARROS *et alli*, 2010: 47. Brasília, 2013.

FIOCRUZ/FASE. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil*. Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>. Acesso em 2 out. 2013.

FOCO. *Pesquisa de Opinião Pública sobre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Foco Opinião e Mercado, 2013.

FREIRE, Vinícius T. *Pavana para uma infanta defunta*. Folha de S.Paulo, 29 de agosto, p. B4, 2010.

FOLHA DE S.PAULO. *Gargalos portuários*, 26 de maio, p. B10, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Desenvolvimento humano municipal e contribuição da administração PTista: primeiras análises*. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Plano Plurianual Participativo 2012-2015*. Porto Alegre: SEPLAG-RS, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa RS Sem Homofobia do Governo do Estado estará na Parada Livre*, 2012. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br/noticias/1/107846/Programa-RS-Sem-Homofobia-do-Governo-do-Estado-estara-na-Parada-Livre/7/258>. Acesso em 5 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Contagem da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO HUMANITAS. *Seca faz economia gaúcha despencar*. Unisinos, Notícias, 16 de março de 2012. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/507551-secafa-zaeconomiagauchadesabar>. Acesso em 7 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, n° 20. Brasília: Ipea, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *PBF reduziu a miséria em 28% nos últimos dez anos*. Brasília: Ipea. Disponível em: <www.Ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20220&catid=4&Itemid=2>, 2013a. Acesso em 15 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília: Ipea, 2013b.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Porto do Rio Grande – 98 anos*. Porto Alegre, *Jornal do Comércio*, 18 de novembro, p. 2, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). *Relatório de atividades 2011*. Disponível em: <www.mds.gov.br/>. Acesso em 15 out. 2013.

PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em: <www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>, 2013.

PORTAL DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[www.rs.gov.br/noticias/1/114485/Anunciada-instalacao-de-montadora-de-caminhoes-em-Guaiba-com-investimento-de-R\\$-250-milhoes](http://www.rs.gov.br/noticias/1/114485/Anunciada-instalacao-de-montadora-de-caminhoes-em-Guaiba-com-investimento-de-R$-250-milhoes)>. Acesso em 12 dez. 2013.

MAPA DA VIOLÊNCIA. *Novos padrões de violência no Brasil, 2012*. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em 13 set. 2013.

MONTEIRO NETO, A. *Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual*. Textos para discussão n° 1894, Brasília: Ipea, 2013.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2010). *Rio Grande do Sul - Balanço – 4 anos: 2007-2010*. Disponível em: <www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/5008f1a02bfc91c05fbf796aa6868543.pdf>. Acesso em 22 dez. 2013.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. PAC 2 – *Rio Grande do Sul – 8º Balanço maio/agosto*. Disponível em: <www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/46ad9c660a4fb4cc7713656cf8348186.pdf>. Acesso em 22 dez. 2013.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. PAC 2. Disponível em: <www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em 23 jan. 2014.

PIZA, E. C. “Envelhecimento populacional e política fiscal: aspectos teóricos”. *Informações FIPE*, São Paulo: USP, outubro de 2013, p. 28-35.

REIS, Fábio W. “Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros”. *Novos Estudos*, v. 87, julho, p. 61-75, 2010.

RUCKERT, Isabel N. & RABELO, Maria M. *O Programa Bolsa Família no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Anais do 6º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre: PUCRS, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO RS. *Diagnóstico da educação básica no Rio Grande do Sul com ênfase no ensino médio – 2010*. Porto Alegre: Governo do RS, 2012.

SEINFRA/DAP – Secretaria de Infraestrutura e Logística do RS. *Estatísticas*. Disponível em <www.seinfra.rs.gov.br/conteudo/815/?Mapa_Aeroporto%C3%A1rio>. Acesso em 5 nov. 2013.

SEPLAG/DEPLAN. *Estudos Deplan – Apontamentos para uma agenda de desenvolvimento da economia gaúcha*. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, SEPLAG, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS). *UERGS: qualidade na educação superior*. Disponível em: <www.uergs.edu.br/index.php?action=conteudo&sub=55>. Acesso em 2 nov. 2013.

UOL. *Repetição da coalizão PT e PMDB ainda está ‘no campo das probabilidades’*, diz Tarso Genro. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/09/11/repeticao-da-coalizao-pt-e-pmdb-ainda-esta-no-campo-das-probabilidades-diz-tarso-genro.htm>>. Acesso em 1 fev. 2014.

VALOR ECONÔMICO. *Diferença entre salário mínimo real e o “ideal” é a menor da história*. *Jornal Valor Econômico*, 10 de maio de 2012, p. A6.

VIAS SEGURAS (2013) *Estatísticas de acidentes no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_estaduais/estatisticas_de_acidentes_no_rio_grande_do_sul>. Acesso em 30 out. 2013.

WONG, Laura L. R. & CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, nº 1, p. 5-26, 2006.

ZERO HORA. *Mais segurança. 1,8 mil novos PMs vão reforçar policiamento*. Porto Alegre, *Jornal Zero Hora*, 20 de abril, p. 12, 2013.

SOBRE O AUTOR

EDUARDO ERNESTO FILIPPI é professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e Professor Associado dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O livro *Rio Grande do Sul, 2000-2010* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares.
O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2.
A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Os dois períodos do governo Lula (2003-2010) representaram uma mudança significativa no Brasil.

Os dados são eloquentes: 1) desde o início da última grande crise do sistema capitalista, o Brasil conheceu um crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) de 16,8%, muito acima dos 2,3% do somatório das economias desenvolvidas; 2) em relação ao consumo, o país assiste ao aumento real do salário-mínimo em torno de 70%, também acima das taxas inflacionárias; 3) com o aumento da longevidade, parcela dos brasileiros que adquiriu direito à previdência passou de 45,1%, em 2000, para 58,5%, em 2012, um ganho substancial de renda e de cidadania.

Apresentamos, neste estudo, à luz dessas transformações, a evolução recente de uma série de variáveis – demográficas, econômicas, sociais e políticas – no Estado do Rio Grande do Sul (RS).



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



9 788576 432258